

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - CCH**  
**ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA – EB**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS BIBLIOTECONÔMICOS - DEPB**

IZADORA CAROLINA FONSECA VINAGRE DE ABREU

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DAS BIBLIOTECAS**  
**UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS: uma análise da prática sob a luz**  
**da teoria.**

Rio de Janeiro

2016

IZADORA CAROLINA FONSECA VINAGRE DE ABREU

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DAS BIBLIOTECAS  
UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS: uma análise da prática sob a luz  
da teoria.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Biblioteconomia  
da Universidade Federal do Estado do Rio  
de Janeiro como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Biblioteconomia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone da Rocha Weitzel

Rio de Janeiro  
2016

A162p ABREU, Izadora Carolina Fonseca Vinagre de  
Políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas  
universitárias federais brasileiras: uma análise da prática sob a luz  
da teoria / Izadora Carolina Fonseca Vinagre de Abreu. – 2016.  
88 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de  
Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Orientadora: Simone da Rocha Weitzel.

1. Formação e desenvolvimento de coleções. 2. Políticas de  
desenvolvimento de coleções. 3. Bibliotecas universitárias. I.  
Weitzel, Simone da Rocha. II. Universidade Federal do Estado do  
Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 025.1

IZADORA CAROLINA FONSECA VINAGRE DE ABREU

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DAS BIBLIOTECAS  
UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS: uma análise da prática sob a luz  
da teoria.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Biblioteconomia  
da Universidade Federal do Estado do Rio  
de Janeiro como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Biblioteconomia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone da Rocha Weitzel

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone da Rocha Weitzel  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jaqueline Santos Barradas  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Msc. Dayanne da Silva Prudencio  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas passam pela nossa vida. Ao longo dela, pessoas se vão e pessoas se achegam. Cada momento da nossa vida acaba sendo marcado por determinadas pessoas que vivem aquele momento com você. A universidade foi um desses momentos. Muitos amigos acabaram passando ao longo desses 10 períodos. Muitos foram só colegas. E muitos acabaram por virar amigo nesse finalzinho. Mas há pessoas que mesmo quando se vão, ainda permanecem conosco, na nossa lembrança e nosso coração.

Eu agradeço, em primeiro lugar, a uma pessoa que eu nunca vi pessoalmente, e não sei como ela é. Mas eu sei, sinto e vejo que Ele faz tudo por mim – inclusive dar seu filho à morte para me salvar –, e que me ama incondicionalmente e que está acima de todos, e que é a pessoa mais importante da minha vida. Sem Ele eu nada sou: Deus. Obrigada pelo dom da vida, pelas forças restabelecidas para conseguir terminar essa etapa da minha vida, e pelo eterno amor.

Agradeço, também, a pessoa que mais me ajudou e apoiou e mais me deu amor e carinho e ensinamentos e histórias para contar, e que eu mais queria que estivesse aqui neste momento: meu avô Clésio.

Agradeço aos meus pais, também pelo amor incondicional e apoio, sem os quais eu nunca conseguiria prosseguir nessa caminhada. À minha irmã Rafaela, que sempre foi uma influência na minha vida, tanto que quando ela resolveu estudar Arquivologia, na Unirio, eu também, alguns anos mais tarde, resolvi que queria fazer Biblioteconomia (só para não copiar muito ela – brincadeira.).

Agradeço ao meu noivo, William, por entender as minhas ausências, choros e desesperos nessa fase da faculdade - e em todas as outras fases da minha vida. Muito obrigada, porque é você que sempre segura as minhas barras e que me ajuda com todos os meus problemas, até os que não estão ao seu alcance. Esse trabalho também tem uma parte sua, e eu não poderia levar todo o crédito por ele.

Agradeço à minha sogra Mariene, por também, assim como os meus pais, sempre cuidar de mim.

Agradeço também às minhas amigas Desirée Corrêa e Larissa Paiva, que compartilharam todos os momentos da faculdade comigo, os de tristeza e,

principalmente, os de alegria. E entendem completamente a minha ausência nos últimos meses. Calma, galera, nossa amizade não vai acabar.

Agradeço também aos outros amigos de curso, Amanda Salomão, por sempre me ajudar com as inúmeras normas da ABNT e por compartilhar muitos problemas que sempre nos fizeram rir (depois dos desesperos). Agradeço também à Samantha Deodato, que nesse fim de faculdade se tornou uma amiga incrível e desesperada feito eu. E que finalmente vai se formar!

Agradeço aos profissionais bibliotecários que cruzaram o meu caminho desde 2012. Profissionais incríveis que eu tive o privilégio de trabalhar junto: Sandra Pimenta, Zildete Neves, Ana Paula Simonaci e Eliana Costa. Todas foram, além de amigas e chefes, uma mãezona para mim – exceto pela Ana Paula, ela está mais para irmã ou amiga. Obrigada por sempre acreditarem em mim como profissional, capaz de ir além dos limites que eu mesma me empunha. Foi ótimo sair de todas as minhas zonas de conforto com vocês ao meu lado.

Agradeço também, imensamente, aos professores que sempre foram modelos e inspirações, não só para mim, mas para tantos alunos que por eles passam. Ganham destaque especial na minha história acadêmica os professores Fabiano Cataldo, por sua paixão declarada aos livros e à Biblioteconomia; Iris Abdallah, por mostrar que nós, bibliotecários, podemos ser o que quisermos sim! Que o nosso limite não é apenas a biblioteca.

E agradeço, imensamente, à minha professora e orientadora Simone Weitzel, sem a qual este trabalho não seria possível. Obrigada por me fazer ir além, quando eu achava que já estava suficiente. Obrigada por comprar minha ideia logo no primeiro dia em que falei sobre o tema – que por sinal não tem nada a ver com esse com o qual resolvemos abordar. Obrigada pela paciência e incentivos, pelas dicas e pelo vasto conhecimento compartilhado - uma excelente bibliotecária você, hein! Eu acreditei que essa pesquisa sairia quando você me disse no primeiro dia: “a gente joga para ganhar.”. E espero mesmo que ganhemos com isso, e que essa pesquisa traga as mudanças que almejamos.

Obrigada.

Não é apenas uma biblioteca. É uma espaçonave que irá levá-lo até aos confins do universo, uma máquina do tempo que vai levá-lo para o passado e ao futuro distante, um professor que sabe mais do que qualquer ser humano, um amigo que vai diverti-lo e consolá-lo e todas as saídas para uma vida melhor, mais feliz e mais útil.

- Isaac Asimov

## RESUMO

Trata das políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias federais brasileiras. Tem por objetivo identificar e analisar as características ou categorias apresentadas nestas políticas a fim de compará-las aos modelos teóricos da literatura especializada, em especial aos modelos de E. G. Evans, Nice Figueiredo, Waldomiro Vergueiro e Simone Weitzel. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi observação direta (aos sites das universidades) e pesquisa documental. Os resultados encontrados através da coleta e, posteriormente, análise de dados mostram que as políticas em questão não estão devidamente calçadas nos modelos teóricos estudados e consultados, evidenciando a ausência de alguns pontos importantes ressaltados pelos especialistas. Conclui-se, por fim, que são necessários mais estudos sobre o tema para que se tenha acervos devidamente formados e desenvolvidos, capazes de fornecer suporte adequado à comunidade frequentadora (acadêmica ou geral) das principais instituições de ensino e pesquisa do país - as universidades federais.

Palavras-chave: Política de Desenvolvimento de Coleções. Bibliotecas Universitárias. Desenvolvimento de Coleções. Universidades brasileiras.

## **ABSTRACT**

Deals with the collection development policies of Brazilian national university libraries. It aims to identify and analyze the characteristics or categories presented in these policies in order to compare them with the theoretical models of the specialized literature, especially the models of E. Evans, Nice Figueiredo, Waldomiro Vergueiro and Simone Weitzel. The methodology used to perform the research was direct observation (to university websites) and documentary research. The results obtained through the data collect and, later, analysis show that policies in question are not properly based on the theoretical models studied and consulted, evidencing the absence of some important points highlighted by the specialists. Finally, it is concluded that further studies on the subject are required to have properly built and develop collections capable of providing the necessary support to the community (academic or general) of the country's main teaching and research institutions – the national universities.

Keywords: Collection Development Policy. Academic Libraries. Collection Development. Brazilian Universities.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Correspondência entre os modelos teóricos .....	43
Gráfico 1 – Distribuição das treze políticas pelas regiões brasileiras .....	46
Gráfico 2 – Relação entre o número de universidades x número de políticas	46
Quadro 2 – Relação das universidades que não disponibilizam informações sobre suas bibliotecas nos sites .....	48

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de universidades distribuídas por região .....	45
-----------------------------------------------------------------	----

## **LISTA DE SIGLAS**

ABBU	Associação Brasileira de Bibliotecas Universitária
ACRL	Association of College and Research Libraries
ALA	American Library Association
BC	Biblioteca Central
BU	Biblioteca Universitária
CBBU	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CNBU	Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
PNBU	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias
SIBI	Sistema de Bibliotecas
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
2	<b>BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: BREVE HISTÓRICO</b> .....	16
2.1	ORIGENS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS .....	16
2.2	AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS E O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES .....	20
3	<b>CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA E DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES</b> .....	26
4	<b>PESQUISA DE CAMPO</b> .....	44
4.1	UNIVERSO E AMOSTRA .....	44
4.2	METODOLOGIA DA PESQUISA .....	47
4.3	COLETA E DESCRIÇÃO DOS DADOS .....	51
5	<b>RESULTADOS</b> .....	68
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
	<b>APÊNDICE A – LISTA DAS 63 UNIVERSIDADES FEDERAIS</b> ..	84
	<b>APÊNDICE B – LISTA DAS 13 UNIVERSIDADES FEDERAIS QUE DISPONIBILIZARAM A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES</b> .....	85
	<b>APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS</b> .....	86

## 1 INTRODUÇÃO

“A biblioteca é um organismo em crescimento.”. Essa é a quinta lei de Ranganathan, publicada em seu livro pela primeira vez em 1931. Sua afirmação não se desatualizou, era uma verdade há 85 anos e continua sendo no presente. Ranganathan percebeu que a biblioteca é um organismo integrado, que vive, e por isso precisa se desenvolver. Um organismo que não se desenvolve, sucumbe. Esse desenvolvimento, entretanto, não pode ser desordenado e sem sentido, visando apenas aspectos quantitativos. É necessário, também, priorizar os aspectos qualitativos, sobretudo em relação às coleções. Para que haja tal equilíbrio, a biblioteca precisa estar empenhada em elaborar algumas diretrizes que auxiliem todos os procedimentos realizados na instituição que orientam as políticas destinadas ao desenvolvimento das coleções.

Desde a percepção do “boom” da explosão bibliográfica no século XX relatado na literatura especializada que a atualização constante nos acervos das bibliotecas passou a ser um grande desafio. A adoção de critérios que auxiliassem os processos de seleção e avaliação do acervo passou a ser ainda mais necessária. Muitos fatores revelam que a aquisição sumária de todo e qualquer novo item publicado no mundo é um processo inviável e contraproducente para as bibliotecas contemporâneas. Alguns desses fatores são destacados pela literatura da área, tais como a falta de espaço físico para armazenamento de materiais, a falta (ou redução) de recursos humanos e financeiros e, por vezes, a falta de tempo. Cabe aos bibliotecários, portanto, realizar, não só, a seleção de itens que farão parte do acervo, mas, também, todas as demais etapas do processo de desenvolvimento de coleções, quais sejam: estudo da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, avaliação e desbastamento. (WEITZEL, 2013).

O processo de desenvolvimento de coleções era, e, às vezes, ainda é, realizado de forma naturalizada pelos bibliotecários, sem o planejamento que uma política, formalmente elaborada, é capaz de possibilitar. A ideia de implementação de uma “política” pode ser caracterizada como recente. Segundo Vergueiro (1989), o processo de desenvolvimento de coleções só passou a ser estudado sistematicamente a partir da década de 1960 e início da de 1970, por boa parte dos bibliotecários do mundo inteiro – no Brasil aconteceu mais tarde. A disciplina

“Desenvolvimento de coleções” foi introduzida nas universidades brasileiras já na década de 1980 (VERGUEIRO, 1993). Porém, os procedimentos realizados durante anos e anos no cotidiano das bibliotecas valorizavam, sobretudo, os aspectos relativos aos processos de seleção e aquisição. É necessário, entretanto, que as bibliotecas adotem o processo de desenvolvimento de coleções por inteiro, e reservem algum tempo para a formalização destes procedimentos em um documento formal, servindo como instrumento para esse processo.

Esse instrumento auxiliador, que é a política de desenvolvimento de coleções, tem a função de nortear as decisões a serem tomadas através dos critérios e métodos previamente elaborados e descritos formalmente pelos responsáveis, sendo um guia tanto para os bibliotecários atuais quanto para os bibliotecários futuros da biblioteca (EVANS, 2000; VERGUEIRO, 1989).

O objeto de estudo desta pesquisa são as próprias políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias federais brasileiras. O desenvolvimento de coleções nesse tipo de biblioteca é muito importante, devido o seu papel social desempenhado na sociedade. As bibliotecas universitárias são responsáveis por dar apoio ao ensino, pesquisa e extensão dos alunos, docentes e pesquisadores brasileiros. E, muitas vezes, também dão suporte à comunidade local. Portanto, seu acervo precisa ser completo e diversificado, atendendo às necessidades informacionais dos diversos usuários. As coleções não podem, somente, cobrir os planos de ensino da graduação e pós-graduação, mas precisa também ser composta por materiais que levem o usuário além, incentivando a pesquisa e dando suporte à extensão.

É importante que se faça um planejamento para a formação e desenvolvimento do acervo dessas bibliotecas, desde a descrição dos critérios para a seleção até à dotação orçamentária disponibilizada para a aquisição de material informacional. O fator financeiro é muito importante e deve ser levado em grande consideração, principalmente nas bibliotecas de universidades públicas. Entretanto, deve-se ressaltar, como explica Vergueiro (1993, p. 14), que a questão [do desenvolvimento de coleções] não era simplesmente financeira, com a falta de verba necessária para aquisição. Era, no entanto, mais que isso. Se tratava de uma total impossibilidade de acompanhar de maneira efetiva o ritmo da “explosão bibliográfica”. As bibliotecas universitárias sofreram, então, ainda mais com essas

mudanças e fluxo intenso de informações, devido, justamente, ao seu perfil junto à universidade de produzir e disponibilizar acesso a informação à comunidade, tanto acadêmica, quanto geral. Com isso, era, cada vez mais, necessário estabelecer ações de planejamento para a biblioteca para que a mesma continuasse a desenvolver e exercer seu papel com a sociedade.

Dessa forma, uma política de desenvolvimento de coleções, devidamente elaborada de acordo com os elementos dos teóricos da área, é capaz de possibilitar o desenvolvimento racional e qualitativo do acervo.

Portanto, a escolha deste tema justifica-se pela percepção da importância que uma política de desenvolvimento de coleções exerce no gerenciamento de conflitos e complexidades típicas do ambiente universitário.

Outro fator importante que justifica esta pesquisa é a questão do espaço físico nas bibliotecas. Uma biblioteca sem política de desenvolvimento corre o risco de ser uma biblioteca acumuladora e desordenada, que tem sempre o seu espaço físico comprometido, assim como pode comprometer também a sua qualidade. É muito comum que bibliotecas universitárias façam continuamente o remanejamento dos materiais pelas estantes e prateleiras, mas, muitas vezes, resistem ao descarte. Contudo, é necessário que se tenha noção do espaço da biblioteca e da capacidade que seu acervo pode atingir. Desse modo, percebe-se que as políticas de seleção e de descarte são imprescindíveis a qualquer biblioteca, inclusive para a biblioteca universitária, visto que a informação e conhecimento continuam crescendo exponencialmente.

Pretende-se, com este trabalho, chamar atenção para um tema que muitos bibliotecários não têm dado a devida importância, e, por isso, muitas bibliotecas têm sofrido (ou podem um dia sofrer) com alguns dos problemas citados acima.

Portanto, através desta pesquisa, busca-se responder a seguinte questão: Quais são as características das Políticas de Desenvolvimento de Coleções estabelecidas nas Bibliotecas Universitárias Federais Brasileiras na atualidade?

A resposta à questão de pesquisa possibilitará compreender como estão sendo elaboradas as políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias. Desse modo, será possível ter uma noção a respeito da formação e desenvolvimento dos acervos a longo prazo, observando se realmente correspondeu ao que é definido pela literatura da área.

Diante da questão de pesquisa, foram traçados os objetivos geral e específicos.

O objetivo geral da pesquisa é:

- Analisar as características ou categorias das políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias federais brasileiras tendo por base os modelos teóricos de Evans, de Nice Figueiredo, de Vergueiro e de Weitzel.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Fazer um mapeamento de quantas e quais bibliotecas universitárias federais brasileiras possuem uma política de desenvolvimento de coleções formalmente elaborada e disponível nos seus respectivos sites;
- Verificar se existe um padrão entre as políticas encontradas, seja em suas categorias ou em seus procedimentos;
- Identificar as categorias dos modelos teóricos de política de desenvolvimento de coleções de Evans, Figueiredo, Vergueiro e Weitzel; e
- Comparar as categorias das políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias federais brasileiras com as categorias dos modelos teóricos referenciados acima.

Espera-se encontrar políticas de desenvolvimento de coleções devidamente calçadas nos modelos teóricos também analisados, ou que façam alusão aos mesmos, para que haja uma percepção positiva sobre os acervos que têm sido formados e desenvolvidos nas bibliotecas das universidades federais brasileiras.

## 2 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: BREVE HISTÓRICO

A seção cobre aspectos relativos ao histórico das bibliotecas universitárias e às questões contemporâneas vivenciadas pelas bibliotecas universitárias brasileiras conforme segue.

### 2.1 ORIGENS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

As bibliotecas universitárias surgiram, aproximadamente, no século XII, agregadas às primeiras universidades da Europa. Essas bibliotecas possuíam, em primeiro momento, um caráter religioso, devido suas origens nas ordens eclesiásticas (SILVEIRA, 2014). Seus acervos, segundo Carvalho (2004, p. 78), “[...] foram sendo acumulados no decorrer do tempo pelas doações feitas por reis, aristocratas, autoridades religiosas, professores e alunos das próprias universidades [...]”.

A maior parte dos livros eram acorrentados às estantes presas às suas encadernações. As correntes eram longas, possibilitando ao usuário o transporte do livro até a mesa para estudo. A biblioteca ainda era um local sagrado, sendo necessário o uso de beca e boné, e era aconselhável meditar e refletir sobre o que se acabou de ler (MARTINS, 2001 apud MORIGI; SOUTO, 2005).

Percebe-se que a forma de permitir acesso ao conhecimento, através dos livros acorrentados, refletia ainda a tradição monacal das bibliotecas universitárias. Por outro lado, segundo Morigi e Souto (2005) as bibliotecas universitárias, mesmo ainda tendo aspecto sagrado, sofreram os reflexos das mudanças trazidos pela Renascença, e “já começavam a ampliar o conteúdo temático além da religiosidade” (MORIGI; SOUTO, 2005, p. 191). No entanto, segundo Anzolin e Corrêa (2008), além da censura e controle de acesso que aconteciam no mundo antigo, havia também, na Idade Média e no Renascimento (período em que surgiram as bibliotecas universitárias) muitos furtos de livros. Segundo Silveira (2014), a medida tomada pelas bibliotecas para combater essa situação foi abordada por McGarry (1999 apud CARVALHO, 2004, p. 79), explicando que os “livros mais consultados eram acorrentados na biblioteca principal; os disponíveis para empréstimo eram guardados numa sala separada”.

As doações dos professores e dos alunos exerceram muita influência no processo de laicização das bibliotecas universitárias. Carvalho (2004) explica que até o século XIII o ensino era basicamente oral. Portanto, os alunos faziam anotações durante as aulas construindo uma espécie de registro por escrito sobre os conhecimentos aprendidos até então, constituindo-se posteriormente em “livros de notas”, que eram doados às bibliotecas das universidades. Esse início de produção científica possibilitava aos futuros estudantes uma base para o conhecimento que seria ensinado nas aulas, servindo até como auxílio no aprendizado, como fazem hoje os acervos das bibliotecas universitárias e escolares. Essa prática possibilitava, também, um fluxo maior na troca de informações que, por sua vez, gerava uma maior produção de conhecimentos específicos, distanciando-se gradualmente dos temas religiosos.

É possível perceber, através da prática de anotações e do acesso direto ao livro, por uma comunidade que não mais se restringe à nobreza ou ao clero, que o perfil e a missão das bibliotecas universitárias estavam sendo moldados desde seu surgimento. O acervo voltado para o apoio ao ensino e à pesquisa, a princípio possibilitado pelos próprios alunos, se assemelham com a missão que hoje as bibliotecas possuem junto às universidades, como afirma Miranda (2007): são órgãos de apoio informacional e dão suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Seus objetivos estão de acordo com a finalidade da própria universidade. E seu papel é atender às necessidades informacionais da comunidade acadêmica, formada por docentes, discentes, pesquisadores e técnicos-administrativos. As coleções de seu acervo são direcionadas aos conteúdos programáticos ou aos projetos acadêmicos ministrados nos cursos da universidade.

Alguns autores, como Cunha (2010) e Vianna (2013) afirmam que, mesmo com todas as mudanças por quais passaram as bibliotecas universitárias, a sua “essência”, como diz Vianna, ou “propósito fundamental” como expõe Cunha, permanecem os mesmos.

Ferreira (1980, p. 7 apud SANTOS, 2012, p. 4) estabelece uma relação muito interessante, com respeito ao valor da biblioteca universitária:

Se a biblioteca é importante para o ensino geral, no ensino superior seu papel é proeminente em virtude do valor da própria universidade, pois nenhuma outra instituição ultrapassa em magnitude a contribuição universitária, a qual torna possível o formidável avanço

tecnológico e científico que se registra atualmente em todos os campos de conhecimento.

Também sobre a relação entre Universidade e biblioteca, Miranda (1980, p. 5 apud SANTOS, 2012, p. 9) afirma que

Biblioteca e Universidade são fenômenos indissociáveis, vasos comunicantes, causa e efeito. A biblioteca não pode ser melhor que a Universidade que a patrocina. A Universidade, conseqüentemente, não é melhor que o sistema bibliotecário em que se alicerça.

A afirmação de Miranda (1980 apud SANTOS, 2012) complementa a de Ferreira (1980 apud SANTOS, 2012), mostrando que o valor da biblioteca universitária deve estar em consonância com o valor da universidade, visto que as duas são “indissociáveis”. E, por isso, a biblioteca universitária se destaca das outras: devido à importância da própria universidade que, conseqüentemente, está ligada ao papel de sua biblioteca.

Lück e outros (2000) expõem também outras funções das bibliotecas universitárias, com respeito a sua missão: são estimuladoras e facilitadoras do acesso ao conhecimento. As autoras ainda afirmam que as universidades, juntamente com as bibliotecas, são criadoras e propulsoras do conhecimento. No mesmo texto, as autoras colocam em evidência outra função primordial: a de orientar os usuários na utilização da informação. Essa orientação tem como resultado o exercício da função educativa das bibliotecas. Portanto, além de disponibilizar acesso ao conhecimento e a informação, e dar apoio ao ensino e pesquisas científicas, a biblioteca universitária tem também como função orientar o usuário no uso dessas informações, e facilitar seu acesso através dos produtos e serviços, por ela, disponibilizados. Estimulando, dessa forma, cada vez mais o próprio conhecimento, seu acesso e o desenvolvimento da aprendizagem do usuário.

Ao longo da história as bibliotecas universitárias têm sofrido os reflexos do crescimento exponencial de novas publicações. Mas foi a partir do século XX, devido à explosão informacional, que a missão das bibliotecas universitárias passou a ser mais complexa. (MORIGI; SOUTO, 2005). Essa explosão informacional ultrapassou a natureza da impressão, trazendo para as bibliotecas a questão digital e as potencialidades da convergência das tecnologias da informação e comunicação.

A gama de informação disponibilizada também em meio digital exige da biblioteca o desempenho de novas funções, com oferta de novos serviços e produtos, expandindo assim o seu papel institucional. Por exemplo: assinatura de periódicos eletrônicos, documentos diversos em formatos digitais, catálogo online, o acesso aberto à produção científica e a possibilidade de reuso de dados de pesquisa, entre outros.

Diante dessas mudanças no cenário informacional, vindas com avanços na tecnologia, Alcântara e Bernardino (2012, [s.p.]) explicam que

os objetivos da biblioteca universitária hoje devem unir o papel tradicional das bibliotecas acadêmicas de pesquisa, de adquirir e preservar material bibliográfico impresso, ao papel inovador de incorporar as novas tecnologias da informação e comunicação.

As autoras propõem algumas novas funções que as bibliotecas atuais devem desempenhar, em busca de atingir os novos objetivos. São elas:

- Selecionar, tratar e armazenar tanto publicações impressas quanto outros tipos de materiais;
- Disponibilizar acesso e busca à informação por meios eletrônicos e digitais, de forma remota e segura;
- Criar novos formatos de disseminação da informação;
- Treinar seus usuários para o uso das novas tecnologias;
- Manter constante atualização na identificação de novas tecnologias necessárias à melhoria dos serviços prestados e às necessidades dos usuários, entre outros. (ALCÂNTARA; BERNARDINO, 2012, [s.p.]).

De acordo com o que foi exposto pelas autoras, percebe-se que as bibliotecas universitárias contemporâneas enfrentam novos desafios constantemente, e precisam se adaptar e se recriar, desempenhando novas funções para novos objetivos traçados. A finalidade fundamental da biblioteca é satisfazer as demandas informacionais dos usuários disponibilizando informação de qualidade, de modo a apoiar seu ensino e pesquisa, auxiliando na aprendizagem. Segundo Alcântara e Bernardino (2012, p. 5), as “novas funções” estabelecidas permitem que a biblioteca universitária tenha sucesso em seu desenvolvimento, pois “alia o tradicional com as novas tecnologias”.

## 2.2 AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS E O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

No Brasil, as primeiras bibliotecas surgiram nos colégios dos jesuítas, a partir da metade do século XVI, com o intuito de começar o processo de instrução dos rapazes (NUNES; CARVALHO, 2016; SILVA, 2008). Para Cunha e Moraes (2007, 2006 apud CUNHA; DIÓGENES, 2016), as bibliotecas jesuíticas já possuíam, no período colonial, um acervo em nível universitário e bem expansivo. Essas bibliotecas começaram a se instalar, a princípio, nos colégios de Salvador e Espírito Santo, devido a demanda de livros recebidos para o ensino de meninos e mestres. Ao longo do século XVII foram criadas bibliotecas em outras províncias, como no Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará (MORAES, 2001 apud NUNES; CARVALHO, 2016).

A chegada da Família Real portuguesa ao Brasil impulsionou a implementação de “[...] medidas administrativas, econômicas e culturais para estabelecimento da infra-estrutura necessária ao funcionamento do império.” (SANTOS, 2012, p. 2126). Essas medidas incluíram a criação de instituições de ensino superior, com cursos que formassem profissionais para os serviços públicos. A partir daí, surgem, na Bahia, os primeiros cursos isolados das áreas de Medicina, Economia, Agricultura, entre outros (NUNES; CARVALHO, 2016). Como as áreas privilegiadas nesse início eram Medicina, Engenharia e Direito, foram criados, em Salvador e no Rio de Janeiro, os primeiros estabelecimentos de ensino “Médico-cirúrgico”, no ano de 1808 (SANTOS, 2012).

A primeira universidade brasileira a se estabelecer no país com caráter oficial foi a Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente denominada Universidade do Brasil, e atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criada em 1920, por meio do decreto do presidente Epitácio Pessoa. Ao longo dos anos da primeira metade do século XX foram sendo criadas outras universidades em Minas Gerais (1927), São Paulo (1934), Bahia e Pernambuco (1946) (SANTOS, 2012). Nunes e Carvalho (2016) ressaltam que a criação das bibliotecas universitárias foram acompanhando a criação das universidades.

Contudo, segundo Santos (2012, p. 2127), é partir de 1931, quando foi instituída a primeira Legislação Universitária Brasileira, que as bibliotecas universitárias brasileiras passaram a ser valorizadas. A autora explica que a lei “[...]”

autoriza os diplomados a exercer profissões liberais sob a fiscalização ministerial e a profissão de bibliotecário é beneficiada pela lei.”. Pois, a partir de agora, torna-se evidente a necessidade de se ter “profissionais com competências e habilidades definidas para a dinamização e crescimento da Universidade” (SANTOS, 2012, p. 2127).

No final da década de 1960, devido ao “[...] boom da criação de muitas universidades a partir da junção de faculdades isoladas”, as bibliotecas universitárias também começaram a se expandir (NUNES; CARVALHO, 2016, p. 185).

Então, em 1963, as bibliotecas universitárias ganham ainda mais visibilidade e notoriedade, tornando-se cada vez mais indispensáveis às universidades. Naquele ano o Conselho Federal de Educação recomenda a existência da biblioteca universitária como um dos requisitos para reconhecimento de cursos superiores (SANTOS, 2012, p. 2127-2128).

Em 1968, diante de todo cenário político em que se passa o Brasil, e com as universidades crescendo em todos os sentidos, como explica Santos (2012), foi instituída a Reforma Universitária Brasileira. A lei da reforma previa a reestruturação do ensino superior, redefinindo seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão, e enfatizando a visão sistêmica da universidade, em que a mesma deve ser vista como um todo coeso, e não mais centrada na faculdade isolada, como vinha sendo ao longo dos anos. A reforma também visava uma maior racionalidade nesta instituição, tanto de materiais quanto de recursos humanos (TARAPANOFF, 1981).

Esta reforma também previa mudanças para o sistema bibliotecário. Tarapanoff (1981) explica que as bibliotecas universitárias passariam, assim como a universidade, a serem vistas como um sistema, opondo-se à biblioteca isolada. E sob esta nova orientação, as bibliotecas deveriam planejar seus serviços de acordo com os objetivos da universidade.

Como observado na literatura, pensava-se que com a implementação de bibliotecas centrais para gerenciar os serviços bibliotecários haveria uma maior economia, racionalizando pessoal, evitando duplicações de acervo, entre outras vantagens (REIS, 2008 apud NUNES; CARVALHO, 2016, p. 185-186; SANTOS, 2012). Entretanto, percebeu-se que esta estrutura, ao decorrer dos anos, também passava por dificuldades, como “[...] a falta de estrutura física e administrativa, a

falta de profissionais capacitados para desenvolvimento dos processos técnicos [...], dentre outros.” (MIRANDA, 2006 apud NUNES; CARVALHO, 2016).

Segundo Maria Carmen Romcy de Carvalho (1981, p. 17) a reforma universitária abriu novos caminhos para as bibliotecas, ainda que não se tenha feito menção a elas no texto legal. Os novos objetivos da universidade

[...] demandariam bibliotecas organizadas, principalmente para atender a clientela mais exigente criada com a indissociabilidade entre ensino e a pesquisa e com a sedimentação da pós-graduação.

Entretanto, explica a autora, a situação não se alterou muito depois da reforma. As bibliotecas universitárias continuavam crescendo aleatoriamente e ainda eram carentes de “planejamento efetivo, sistemático e integrado” (CARVALHO, 1981, p. 17).

Nas décadas de 1970 e 1980, as universidades se expandiram e amadureceram muito no cenário brasileiro, assumindo o papel de instituição de pesquisa e investindo nos programas de pós-graduação. O que resultou, também, em mudanças nas suas estruturas físicas, como por exemplo a modernização dos campi universitários com construção de prédios adequados para os laboratórios e bibliotecas (SANTOS, 2012).

Mesmo com as mudanças trazidas pela reforma universitária e com o investimento da pós-graduação nas universidades brasileiras, Miranda (1978) ressalta que as bibliotecas universitárias ainda passavam por alguns problemas como a ausência de uma estrutura administrativa definida, e os insucessos nas atividades de seleção e serviço de referência.

O autor explica que é a atividade de seleção que orienta a formação e o desenvolvimento do acervo, e que não se pode deixar a cargo dos professores a tarefa de seleção, sem uma orientação e sem uma política definida. Miranda (1978, [s.p.]) afirma ainda que “raríssimas bibliotecas universitárias fazem avaliações periódicas de suas coleções no sentido de adequá-las [...] aos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos pelas suas universidades [...]”.

Sobre o serviço de referência, Miranda (1978) comenta que o número de bibliotecários que desempenham esta função nas bibliotecas ainda era muito baixo, comparado à quantidade de usuários. Essa falta de profissionais nessa área é justificada pelo autor devido a três problemas: falta de planejamento de serviços,

despreparo dos profissionais que servem em bibliotecas e dificuldade encontrada pelos bibliotecários nas tarefas de planejamento e administração.

Percebe-se, na fala de Miranda (1978) e de acordo com Mattos e Dias (2009), que na década de 1970 e início de 1980, no Brasil, iniciava-se uma preocupação com o desenvolvimento de coleções. E, segundo Miranda (1978), era necessário se preocupar não só com a atividade de seleção, mas também com a avaliação de todo o acervo, de forma que o mesmo estivesse sempre de acordo com os cursos oferecidos na universidade e fosse capaz de apoiar os usuários. Entretanto, a função de planejamento vem sendo historicamente relegada a segundo plano pelos bibliotecários o que afeta diretamente a rotina do processo de desenvolvimento de coleções e conseqüentemente da política. Afinal, conforme afirma Vergueiro (1989) desenvolvimento de coleções é um “trabalho de planejamento”.

Diante desse cenário vivido pelas bibliotecas universitárias brasileiras, algumas associações de bibliotecários, como a Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias (CNBU), em 1972, e a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), em 1973 foram criadas com a finalidade de promover o desenvolvimento ordenado, padronizado e, principalmente racionalizado e integrado nas bibliotecas universitárias, visando também a criação de uma política nacional para essas instituições. Neste mesmo pensamento também foi criado o principal foro de debates de bibliotecários universitários, o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) (CUNHA; DIÓGENES, 2016; SANTOS, 2012).

Ao longo das últimas décadas, várias Associações de Bibliotecários Universitários surgiram no mundo, como a Association of College and Research Libraries (ACRL) nos Estados Unidos, fundada em 1940. E, mais recentemente, em 1978, como relata Santos (2012), foi criada a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), no Brasil, que tem como missão principal

promover a formulação de políticas públicas em áreas de interesse, para incentivar a cooperação, o compartilhamento de serviços e produtos, a realização de projetos e pesquisas, a elaboração e editoração de documentos técnico-científicos, a organização de eventos, visando à consolidação da educação continuada e à representação das Bibliotecas Universitárias junto a órgãos governamentais e a comunidade científica brasileira (FEBAB, 2016).

Outra associação de bibliotecários que exerce muita influência e possui extrema importância em nível internacional é a IFLA - International Federation of

Library Associations and Institutions. A IFLA possui duas seções que merecem destaque no que diz respeito às bibliotecas universitárias e também ao desenvolvimento de coleções. A seção intitulada *Academic and Research Libraries* reúne um fórum internacional para todos que se interessam por essa área (bibliotecas universitárias). Esta seção “fornece aos membros a oportunidade de trocar experiências e ideias com colegas de todo o mundo e é um veículo para a ação colaborativa.” (IFLA, 2016, tradução nossa). A outra seção da IFLA, que diz respeito ao desenvolvimento de coleções, chama-se *Acquisition and Collection Development Section*. Esta seção

se concentra nos temas metodológicos e nos tópicos relativos aos processos inter relacionados de desenvolvimento de coleções (planejamento e construção de uma coleção útil e equilibrada de materiais de biblioteca ao longo de anos) e aquisição (IFLA, 2015, tradução nossa).

As iniciativas da IFLA, principalmente com essas duas seções, fornecem aos bibliotecários de diversos países orientações sobre o processo de desenvolvimento de coleções, com diretrizes para a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções, e reafirmam a prática do compartilhamento de experiências dos serviços bibliotecários das diversas bibliotecas universitárias ao redor do mundo.

No Brasil, a iniciativa mais expressiva em termos de políticas públicas para bibliotecas universitárias foi a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), na década de 1980, sendo um dos resultados gerados pelo SNBU. Os profissionais que discutiam no SNBU

passaram a pressionar o governo propondo a criação de uma unidade no MEC para atuar como elemento de ligação entre as bibliotecas e o setor responsável pelas políticas públicas do setor educacional. (CUNHA; DIÓGENES, 2016, p. 106)

O PNBU trouxe muitos benefícios no que se refere ao desenvolvimento de coleções, especialmente para a aquisição cooperativa. Segundo Cunha (2016, p. 107), o PNBU, que “integrava doze diretrizes e 46 seções, concentrou as suas diretrizes em seis principais áreas.”. Duas dessas áreas são as seguintes:

- Formação e desenvolvimento de coleções: formulação de políticas de formação, desenvolvimento e conservação de coleções de materiais informacionais, embasadas nos objetivos da universidade e em suas características particulares.

- Atividades cooperativas: estimular a participação das bibliotecas universitárias em atividades cooperativas, visando o aproveitamento racional e eficiente dos recursos informacionais disponíveis (BRASIL, 1986, p. 2-8 apud CUNHA; DIÓGENES, 2016, p. 106).

Diante disso, pode-se afirmar que o PNBU trouxe muitos benefícios no que se refere ao desenvolvimento de coleções, especialmente para a aquisição cooperativa. Principalmente porque o “Programa de Aquisição Planificada (PAP), era um dos projetos, segundo Garcia (1991, p. 13 apud CUNHA, 2016, p. 108), mais evidentes e contínuos que o PNBU se propunha a desenvolver.

Figueiredo (1993, p. 67) explica que a aquisição planificada e cooperativa “visam otimizar o aproveitamento de recursos”. Devido escassez de recursos, que era o que caracterizava os diversos serviços de informações naquela época, o objetivo principal da realização das atividades do processo de desenvolvimento de coleções, inclusive a elaboração de políticas, era a racionalização de recursos.

É interessante ressaltar que, por se tratar de um Plano Nacional, o PNBU visava a criação e implementação de medidas e\ou políticas em nível macro. Enquanto que a Política de desenvolvimento de Coleções, tal como se concebe hoje, se refere ao nível micro institucional. Não existe hoje um exemplo de política de desenvolvimento de coleções que possa ser implantada e seguida por todas as bibliotecas universitárias, em nível nacional, tal como o PNBU pensava em criar e implantar.

Na época em que começou a se preocupar com o desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias no Brasil, por volta de 1970 e 1980, não se tinha, ainda, muitos trabalhos publicados em português sobre o tema (MATTOS; DIAS, 2009). Contudo, percebe-se que hoje, depois de quase 30 anos e com todo avanço e superprodução científica, este assunto ainda é árido na área da Biblioteconomia brasileira.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA E DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES**

O volume de informação atual é imensurável, e dentre tanta informação, nem todas são confiáveis e/ou relevantes. Segundo Miranda (2007, p. 3), “No tocante a formação de acervos de biblioteca o diferencial se dá pela filtragem adequada das informações [...]”. Essa filtragem dependerá da comunidade a ser servida, e deverá obedecer alguns parâmetros estabelecidos pela biblioteca, através de um planejamento previamente realizado (MIRANDA, 2007).

Miranda (2007, p. 3) explica que para uma informação ser considerada de qualidade ela precisa ser “relevante, confiável, atual, acessível, precisa, oportuna e deve ser ajustada às demandas e expectativas dos usuários.”.

Essa caracterização de “informação de qualidade” se aplica perfeitamente ao tipo de informação que uma biblioteca universitária se propõe a oferecer, haja vista o seu perfil, seus objetivos e comunidade a que serve.

Entretanto, como já abordado neste trabalho, as universidades passam por diversas dificuldades, e conseqüentemente, os acervos de suas bibliotecas também são prejudicados. Contudo, a disponibilização de informação de qualidade através da biblioteca universitária não pode ser prejudicada, principalmente porque a produção de conhecimento é contínua, e as bibliotecas universitárias precisam se reinventar para acompanhar essas inovações e atualizações.

Miranda (2007, p. 4) explica que a solução para desenvolver uma coleção adequada e atualizada em meio ao cenário da globalização e das diversas dificuldades é “redefinir e esquecer antigos paradigmas, e estabelecer normas para seleção, aquisição e descarte de materiais, tendo como base critérios previamente definidos para a formação de uma coleção ideal.”.

Entende-se, portanto, que Miranda (2007) está destacando a importância do processo de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas universitárias.

Vergueiro (1989), assim como Miranda (2007), expõe em seu livro a necessidade de implementação de um processo de desenvolvimento de coleções para garantir a subsistência das bibliotecas atuais, como “organismos vivos e atuantes”. De modo que as mesmas sejam capazes de acompanhar os avanços

tecnológicos e as necessidades informacionais dos usuários, que são cada vez mais exigentes.

Vergueiro (1989, p. 15-16) explica que o “desenvolvimento de coleções é acima de tudo, um trabalho de planejamento”, e que todas as suas etapas devem ser contempladas nas diversas bibliotecas. Entretanto, o autor afirma que o desenvolvimento de coleções não se caracteriza como um

processo homogêneo, idêntico em toda e qualquer biblioteca. O tipo de biblioteca, os objetivos específicos que cada uma delas busca atingir, a comunidade específica a ser atendida, influem grandemente nas atividades do desenvolvimento de coleções (VERGUEIRO, 1989, p. 15-16).

Ao explicar sobre a importância da realização de cada etapa, Vergueiro (1989) relata sobre a ênfase no processo de desenvolvimento de coleções nos diversos tipos de bibliotecas. Pois, exatamente por esse processo não se caracterizar como homogêneo em todas as bibliotecas, é que cada tipo de biblioteca terá algumas atividades específicas que deverão receber uma ênfase maior. No caso das bibliotecas universitárias, Vergueiro (1989) explica que a ênfase maior deve estar no desbastamento e avaliação de coleções. De acordo com o autor a ênfase nesses processos se dá devido à forte tendência ao crescimento do acervo, visto que as coleções precisam apoiar as pesquisas que exigem uma gama de informações e materiais para o pesquisador obter os diversos pontos de vista.

Contudo, é importante ressaltar que, apesar da ênfase em alguns processos em determinados tipos de bibliotecas, as demais atividades do processo de desenvolvimento de coleções, inclusive a seleção e o estudo de comunidade, devem se fazer presentes como atividades indispensáveis ao processo como um todo. Essas atividades também devem ser devidamente descritas em um documento que oficializa este processo na biblioteca, denominado de Política de desenvolvimento de coleções.

O processo de desenvolvimento de coleções compreende seis etapas, de acordo com Vergueiro (1989), Evans (2000), Maciel e Mendonça (2006) e Weitzel (2013), quais sejam: Estudo da comunidade, Políticas de seleção, Seleção, Aquisição, Avaliação e Desbastamento (incluindo o descarte).

Vergueiro (1989) caracteriza o desenvolvimento de coleções como um processo ininterrupto e cíclico, não sendo possível determinar um início e um fim. O processo também se caracteriza como sendo sistêmico e, por isso, as etapas do

processo de desenvolvimento de coleções não devem ser encaradas de forma isolada. Todas as etapas devem ser tratadas em pé de igualdade. O autor ressalta que o desenvolvimento de coleções não diz respeito apenas às atividades de seleção e de aquisição. E chama de “desprevenidos” os bibliotecários que cometem esse erro, infelizmente muito comum, em suas práticas.

Para Evans (1979 apud Vergueiro, 1993, p. 16) o desenvolvimento de coleções é definido como o

processo de identificação dos pontos fortes e fracos de uma coleção de materiais de biblioteca em termos de necessidade dos usuários e recursos da comunidade, tentando corrigir as fraquezas existentes, quando constatadas.

Conseqüentemente, o processo de desenvolvimento de coleções exige “constantes exames e avaliação dos recursos da biblioteca e constante estudo tanto das necessidades dos usuários como de mudanças na comunidade a ser servida” (EVANS, 1979 apud VERGUEIRO, 1993, p. 16).

Diante do que foi exposto, compreende-se que, segundo Evans (1979), é necessário fazer um estudo não só visando os usuários reais, mas também os usuários potenciais.

Maciel e Mendonça (2006) consideram a formação e desenvolvimento de coleções como uma das funções biblioteconômicas que deve ser realizada na biblioteca. Sobre esse processo, as autoras afirmam que deve ser encarado e equacionado como uma

atividade de planejamento, onde o reconhecimento da comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais, oferecerá a base necessária e coerente para o estabelecimento de políticas de seleção para as decisões relativas ao processamento técnico dos documentos e ao seu adequado armazenamento (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 16)

Para a realização do desenvolvimento de coleções, autores como Vergueiro (1989), Evans (2000), Dias e Pires (2003), Maciel e Mendonça (2006) e Weitzel (2013) apontam a expressa necessidade da elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções.

Esta política, segundo Vergueiro (1989), além de servir como um guia racional de alocação de recursos, tem o propósito muito mais amplo de

[...] deixar clara a filosofia a nortear o trabalho bibliotecário no que diz respeito à coleção. Mais exatamente, trata-se de tornar público, expressamente, o relacionamento entre desenvolvimento da coleção

e os objetivos da instituição a que esta coleção deve servir, tanto por causa da necessidade de um guia prático na seleção diária de itens, como devido ao fato de ser tal documento uma peça chave para o planejamento em larga escala (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

Weitzel (2013, p. 20) define a política de desenvolvimento de coleções como um “instrumento importante para desencadear o processo de formação e desenvolvimento de coleções, garantindo consistência dos procedimentos e seu aprimoramento ao longo do tempo.”.

A política deve ser um documento formal elaborado pela equipe responsável por essas atividades que, segundo Dias e Pires (2003, p. 20) deve contar com a participação intensiva do bibliotecário, para que através dele possa haver integração da comunidade ao processo de seleção. Ainda segundo Weitzel (2013), a política deve expressar os interesses comuns entre a instituição mantenedora e a comunidade servida pela biblioteca.

Evans (2000) afirma que uma política de desenvolvimento de coleções, quando devidamente elaborada, é, de fato, o principal planejamento da biblioteca para a formação e o desenvolvimento das suas coleções. Para Evans (2000, p. 50) “uma política de desenvolvimento de coleções fornece orientação para aqueles que fazem o trabalho de seleção.”. E pode, ainda, “ser usada como a base para o desenvolvimento de um manual ou manual prático para ajudar bibliotecários na seleção de materiais para a biblioteca” (EVANS, 2000, p. 51, tradução nossa).

Percebe-se que Evans atribui à política de desenvolvimento de coleções uma valorização da atividade de seleção enquanto Dias e Pires (2003, p. 20) reforçam sua função instrumental para o “planejamento global da coleção e seu crescimento.”.

Enquanto Weitzel (2013, p. 20-21), não só registra a importância da política de desenvolvimento de coleções em permitir a articulação de todas as seis etapas do processo de desenvolvimento de coleções, como um todo, como também considera que cada etapa deve ter sua respectiva política. Portanto, não apenas o processo de seleção possui uma “política de seleção”, mas também os demais processos – uma vez que cada um deles também possuem diretrizes e critérios específicos.

Desse modo, o processo de desenvolvimento de coleções é constituído, segundo Weitzel (2013), por 9 etapas, com os processos e suas respectivas políticas os quais devem ser descritos no documento formal da Política de

Desenvolvimento de Coleções. As 9 etapas do desenvolvimento de coleções são: Estudo da comunidade, Política de seleção, Seleção, Aquisição, Política de aquisição, Desbastamento, Avaliação, Política de avaliação e Política de desbastamento.

Entretanto, a política não se constitui apenas da descrição dos processos e das respectivas políticas. Há mais informações e elementos, como registram Figueiredo (1993), Vergueiro (2010) e Weitzel (2013) que devem ser inseridos na política, para que a mesma possa desempenhar o papel para qual foi criada: ser um instrumento auxiliador para os responsáveis da biblioteca, de modo que as suas coleções estejam sempre em harmonia com os objetivos da instituição mantenedora e com as necessidades informacionais dos usuários e comunidade. A política de desenvolvimento de coleções deve espelhar um planejamento a longo prazo e, por isso, ser revisado e atualizado periodicamente.

A primeira etapa a ser realizada do processo de desenvolvimento de coleções é o estudo da comunidade. Segundo Vergueiro (1989) esta atividade visa compreender as necessidades informacionais da comunidade como um todo (usuários reais e potenciais).

Maciel e Mendonça (2006) também consideram o estudo da comunidade (juntamente com a elaboração de políticas) a primeira “função do processo de desenvolvimento de coleções”. As autoras explicam que depois de realizado o estudo da comunidade de usuários, deverá ser elaborado um diagnóstico, onde será descrito o perfil dos usuários, constando suas principais características, seus desejos, necessidades informacionais, entre outras informações sobre a comunidade que seja conveniente o sistema conhecer.

Com o diagnóstico do estudo em mãos, deve-se registrar as informações obtidas sobre a comunidade em um documento que poderá ser consultado quando da realização das atividades do desenvolvimento de coleções (Política de desenvolvimento de coleções).

A próxima etapa é a política de seleção. Vergueiro (2010) explica que o documento de política é um instrumento de trabalho para apoiar as decisões de seleção. Para Vergueiro (2010, p. 69) a primeira razão de se ter uma política de seleção é para “garantir a manutenção dos critérios além da permanência física dos profissionais responsáveis pelas decisões.”, evitando que a coleção seja

desenvolvida, por alguma eventualidade, de forma aleatória. Segundo Figueiredo (1993, p. 55), a política de seleção “é um conjunto de diretrizes e normas que visa estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão [...]”, devendo a mesma estar de acordo com os objetivos institucionais.

Diante disso, Vergueiro (2010, p. 72) aponta que no documento da política de seleção devem constar:

- identificação dos responsáveis pela seleção de materiais;
- os critérios utilizados no processo;
- os instrumentos auxiliares;
- as políticas específicas;
- os documentos correlatos.

Sobre a identificação dos responsáveis pela seleção de materiais, Weitzel (2013) destaca a forma de colegiados e conselhos que são adotados nas universidades, para estruturar e legitimar os processos decisórios. E, por isso, a autora recomenda que nas bibliotecas universitárias deve-se aderir a este modelo para a seleção, constituindo uma comissão formada por representantes de todos os segmentos da comunidade, onde o bibliotecário tem papel importantíssimo, visto que é o único que pode contribuir com seus conhecimentos técnicos.

A seção sobre os critérios utilizados deve ser, segundo Vergueiro (2010), o detalhamento conveniente dos critérios utilizados cotidianamente pela biblioteca na seleção dos materiais. Ressalta o autor a necessidade que se tem de não tão somente indicar os critérios, mas também de escrever uma breve, porém objetiva, explicação sobre eles, visando a total compreensão quando da leitura dos mesmos para a seleção dos materiais.

Vergueiro (2010) agrupa os critérios básicos que, geralmente, são utilizados nas políticas de seleção em três categorias gerais:

- Quanto ao documento: autoridade, atualidade, precisão, imparcialidade, cobertura\tratamento do assunto.
- Quanto ao usuário: estilo, conveniência, idioma e relevância\interesse.
- Quanto aos outros aspectos: características físicas, aspectos especiais, contribuição potencial e custos.

Weitzel (2013, p. 31) ressalta, assim como Vergueiro (2010), a necessidade de objetivar esses critérios, que, segundo ela, significa criar mecanismos para a verificação e validação dos critérios por cada item que seja objeto da coleção.

Os instrumentos auxiliares são todas as fontes de seleção utilizadas como suporte à tomada de decisão para a seleção de materiais. Segundo Vergueiro (2010) todas as fontes a serem utilizadas como apoio devem ser mencionadas nesta seção da política. Weitzel (2013) complementa esta informação, afirmando que “o ideal é que sejam elencados os títulos das fontes a serem consultadas para selecionar itens, e não apenas os tipos de materiais [...]” (WEITZEL, 2013, p. 34).

As políticas específicas se destinam, de acordo com Vergueiro (1995 apud WEITZEL, 2013) às coleções que possuem aspectos que se diferenciam das diretrizes gerais, sendo necessário estabelecer algumas diretrizes e critérios específicos para elas. É muito comum, segundo Vergueiro (2010), as bibliotecas elaborarem políticas específicas para os materiais provenientes de doações (espontâneas principalmente). Weitzel (2013), aponta que a forma de detalhamento das políticas específicas é por tipos de coleções ou de finalidades. Mas fica a critério da biblioteca e dos responsáveis pela seleção elaborarem ou não, conforme a necessidade de cada um, as políticas específicas que lhes forem convenientes.

Os documentos correlatos são, segundo Weitzel (2013, p. 36), normalmente os “[...] fluxogramas, organogramas, matrizes curriculares, portarias, resoluções, entre outras legislações.”. Esses documentos devem ser reunidos em um só local, visando rapidez e facilidade para a consulta dos mesmos. Esta seção finaliza os elementos que devem compor a política de seleção.

Posteriormente à política de seleção, vem a etapa do Processo de Seleção. Figueiredo (1993, p. 64) define seleção como “função do desenvolvimento da coleção; processo de tomada de decisão para títulos individuais.”. Segundo Vergueiro (1989), a seleção se divide em dois momentos: o primeiro trata-se da elaboração de uma lista com os itens de interesse da coleção, advindos tanto da indicação de usuários quanto da identificação de materiais pelos bibliotecários, através dos instrumentos auxiliares; o segundo trata-se da tomada de decisão propriamente dita, pois é o momento em que os responsáveis pela seleção escolhem (selecionam) os itens que farão parte do acervo, de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente na política de seleção e de acordo com os recursos disponíveis.

Dias e Pires (2003, p. 37) explicam que “selecionar é comparar diferentes materiais bibliográficos sobre um assunto e julgar o valor do material bibliográfico

individualmente [...]”. Esse julgamento de valor, ressaltado pelas autoras, é baseado nos critérios estabelecidos na política de seleção, em que cada item será analisado individualmente, recebendo seus devidos valores, em função, também, das necessidades dos usuários. A descrição detalhada deste elemento na política de seleção é vital para a realização do pleno processo de seleção, possibilitando economia de tempo e de recursos financeiros.

A aquisição é o “processo de implementação das decisões da seleção” (FIGUEIREDO, 1993, p. 64). Portanto, é realizada logo após a seleção, de modo que seja um meio de concretizar as decisões tomadas neste processo. Vergueiro (1989, p. 63) explica que o “[...] papel da aquisição, no processo, constitui-se em localizar e, posteriormente, assegurar a posse, para a biblioteca, daqueles materiais que foram definidos, pela seleção, como interesse.”. As modalidades existentes para a atividade de aquisição são a compra, doação (espontânea ou solicitada) e permuta.

Andrade e Vergueiro (1996) recomendam três fases principais da aquisição a serem seguidas, rotineiramente, neste processo:

- Complementação dos dados bibliográficos recorrendo-se a fontes bibliográficas apropriadas;
- Verificação da existência do item pedido na biblioteca, ou se já foi encomendado, a fim de evitar duplicações desnecessárias;
- Seleção dos fornecedores que apresentem melhores condições de atender ao pedido.

Weitzel (2013) sugere uma quarta fase nesse processo: a realização do pedido de cotação aos fornecedores. A autora explica que após essas fases, caberá ao responsável pela aquisição escolher com quais os fornecedores os itens serão adquiridos e a modalidade que melhor lhes apetece. Por isso, é importantíssimo que o responsável pela aquisição tenha conhecimento a respeito das dotações orçamentárias da biblioteca, assim como de outras fontes de investimentos. É importante, também, que todas as atividades de aquisição fiquem registradas em alguma espécie de base de dados, por exemplo, para que possa ser consultada a qualquer momento, por qualquer pessoa, principalmente pelos responsáveis da seleção, para que haja uma ação conjunta e compartilhada, e para que as decisões tomadas sejam de conhecimento de todos (WEITZEL, 2013).

A política de aquisição, assim como a política de seleção, é constituída por uma gama de elementos que se destinam a auxiliar o processo de aquisição, e as decisões a serem tomadas no mesmo. Weitzel (2013, p. 51), em seu livro, reúne os principais elementos que, segundo Vergueiro (1996) e Maciel e Mendonça (2000), devem estar presentes na política de aquisição. São eles:

- responsabilidade pela atividade;
- definição das prioridades da aquisição;
- determinação de fontes de financiamento e captação de recursos;
- estabelecimento de diretrizes para alocação de recursos;]
- detalhamento dos procedimentos e rotinas para compra, doação e permuta, incluindo as orientações sobre o processo de aquisição;
- definição dos instrumentos auxiliares aplicáveis para a aquisição;
- orientações para a escolha dos fornecedores;
- definir critérios para o registro das diferentes coleções para fins de identificação de patrimônio;
- descrição da participação da biblioteca em planos ou programas de aquisição cooperativa; e
- adoção de programas para o controle e acompanhamento automatizado dos processos de aquisição.

A avaliação da coleção é, segundo Figueiredo (1993, p. 64), uma “função de desenvolvimento da coleção, relacionada com planejamento, seleção, revisão e desbastamento.”. Para Vergueiro (1989) a avaliação é a atividade que possibilita aos bibliotecários verificarem se a política de desenvolvimento de coleções adotada está, de fato, sendo eficiente. Além de verificar a eficiência, segundo Maciel e Mendonça (2006, p. 23), é através da avaliação de coleções que “[...] podemos corrigir ou manter estratégias com a finalidade de atingir objetivos pré-determinados.”.

Para Lancaster (1996, p. 20 apud MIRANDA, 2007, p. 14) deve ser verificado através da avaliação

o que a biblioteca deveria possuir e não possui, e o que possui mas não deveria possuir, tendo em vista fatores de qualidade e adequação da literatura publicada, sua observância, as mudanças de interesse dos usuários, e a necessidade de otimizar o uso de recursos financeiros limitados.

O papel da avaliação, é, portanto, verificar se os itens das coleções estão em harmonia e com os objetivos da biblioteca e da instituição que a mantém e com as necessidades dos usuários. Entretanto, deve-se levar em consideração fatores externos que podem alterar esse objetivo, como a própria mudança de interesses dos usuários, e questões financeiras, como ressalta Lancaster (1996 apud MIRANDA, 2007).

Diante disso, é necessário, definir metodologias para o processo de avaliação, que irão auxiliar o responsável por essa tarefa. Essas metodologias, como constam na literatura especializada, podem ser quantitativas ou qualitativas (FIGUEIREDO, 1993; MACIEL; MENDONÇA, 2006; VERGUEIRO, 1989). Esses métodos devem ser adotados em conjunto, pois uma boa coleção é formada e desenvolvida segundo aspectos qualitativos e quantitativos.

A política de avaliação de coleções é a etapa em que devem ser descritas as metodologias (qualitativas e quantitativas) adotadas no processo. Maciel e Mendonça (2006, p. 24) explicam que as metodologias quantitativas são “baseadas em dados estatísticos, principalmente sobre: tamanho da coleção, assunto, idade, clientela etc.”, como por exemplo estatísticas de uso do acervo, assuntos mais requisitados, livros mais emprestados, etc. Já as metodologias qualitativas são preocupadas com o conteúdo do acervo, podendo ser realizadas através do julgamento de especialistas, através de comparação com bibliografias publicadas, ou através do uso real da coleção (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 24).

Segundo Weitzel (2013), outros dois elementos principais devem ser considerados nesta política também: quem será o responsável pelo processo de avaliação e a definição de padrões e critérios a serem empregados. É importante ressaltar que na definição de critérios e padrões para avaliações devem ser considerados o perfil institucional e da comunidade, assim como suas possíveis mudanças, como ressalta Lancaster (1996 apud MIRANDA, 2007) de modo que as coleções das bibliotecas universitárias sempre possam acompanhar as mudanças da comunidade a que serve, e da instituição que a mantém.

O desbastamento de acordo com Figueiredo (1993, p. 64) é o “processo de extrair títulos ou partes da coleção, quer para remanejamento, quer para descarte.”.

O remanejamento, ainda segundo esta autora, é o “processo de retirar títulos ou partes da coleção para outros locais menos acessíveis.”. Já o descarte é o

“processo de retirada de títulos ou partes da coleção para fins de doação ou eliminação.”. Ou seja, é a retirada definitiva do item da coleção (FIGUEIREDO, 1993, p. 64).

Para Maciel e Mendonça (2006, p. 25)

o desbastamento consiste na retirada de documentos pouco utilizados pelos usuários, de uma coleção de uso frequente para outros locais - os depósitos especialmente criados para abrigar este material de consultas eventuais. Já o descarte, consiste na retirada definitiva do material do acervo da biblioteca, com a correspondente baixa nos arquivos de registro da mesma.

Percebe-se, portanto, que há uma divergência nas definições de desbastamento \ descarte entre os autores. Maciel e Mendonça (2006) consideram o desbastamento e o descarte processos distintos, em que o primeiro diz respeito à retirada do material para um local menos acessível, enquanto o segundo diz respeito a retirada definitiva do material no acervo. Figueiredo (1993), e também Vergueiro (1989), consideram o desbastamento um processo mais amplo que envolve a retirada de títulos da coleção seja para descarte ou para remanejamento (atividade que Maciel e Mendonça (2006) chamam de desbastamento).

As ações realizadas no descarte e remanejamento são, portanto, diferentes. No descarte, os itens são retirados definitivamente do acervo, e deve-se dar baixa nos catálogos da biblioteca e no registro de item (WEITZEL, 2013, p. 66). Essas ações são, de acordo com Weitzel (2013), efetuadas quando as obras não atendem mais ao perfil da instituição e da comunidade. Vergueiro (1989, p. 75) explica que muitos bibliotecários ficam receosos em efetuar o descarte, pois os mesmos acabaram por serem educados para “[...] conservar os materiais informacionais, sob sua responsabilidade, da melhor forma possível, a fim de que os mesmos pudessem vir ser utilizados pela coletividade [...]”. Outro motivo ressaltado por Weitzel (2013, p. 66) que também influenciam negativamente os bibliotecários na realização do descarte é a preocupação em cometer o “erro de descartar algo que ainda possui algum valor.”.

Diante dessas preocupações se evidencia, ainda mais, a necessidade de existir uma política de desbastamento, que abranja tanto os critérios a serem adotados para o descarte quanto para o remanejamento.

Além dos critérios gerais para o desbastamento, e de critérios específicos para cada um de seus desdobramentos (descarte ou remanejamento), deve-se levar

primeiramente em consideração os critérios estabelecidos na seleção. De acordo com Weitzel (2013) é necessário verificar se o item em questão ainda atende àqueles critérios de seleção. Segundo Miranda (2007, p. 17),

para uma maior eficácia desta atividade é recomendado que se apliquem os mesmos critérios usados no processo de seleção [...], pois da mesma forma como seleciona os materiais que devem incorporar ao acervo também é imprescindível que sejam selecionados os propensos à retirada definitiva.

A política de desbastamento deve, também, conter a indicação de responsabilidade de quem realiza essa atividade, assim como na seleção (WEITZEL, 2013). A necessidade de se ter uma comissão de desbastamento, tal como se tem para a seleção, como pontua Weitzel (2013), se justifica porque o processo de desbastamento também se constitui em um momento de tomada de decisão, de selecionar material. Entretanto, ao invés de selecionar para ser incorporado ao acervo, seleciona-se para que seja extraído. Outro elemento que deve figurar na política de desbastamento são os métodos que serão adotados nesta etapa, que, de acordo com Weitzel (2013), devem ser empregados em conjunto com os critérios.

O processo de desbastamento se apresenta, geralmente, como a última etapa do desenvolvimento de coleções, como o resultado da avaliação. Entretanto, Vergueiro (1989), em seu livro, apresentou propositalmente o desbastamento antes da avaliação afirmando que o processo de avaliação deve ser contínuo e rotineiro na biblioteca, e que ele é muito mais amplo e abrangente do que uma atividade que tem, apenas, por finalidade o remanejamento ou descarte de materiais.

A política de desenvolvimento de coleções, por sua vez, como já dito anteriormente, é composta por outros elementos que vão além da descrição das etapas do processo de desenvolvimento de coleções.

Esses elementos dizem respeito às informações da instituição que mantém a biblioteca e à própria biblioteca, ou ao sistema que a coordena, e características das coleções presentes no acervo, como, por exemplo, os tipos e os níveis de coleções que constituem o acervo.

Figueiredo (1993) e Weitzel (2013) indicam e descrevem uma gama de elementos imprescindíveis e que se tornaram modelos para a elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções. Assim como os elementos que Evans (2000) e Vergueiro (2010) – sobre políticas de seleção – apresentam.

Nice Figueiredo (1993, p. 31) apresentou em seu livro os “elementos de uma declaração de política de desenvolvimento de coleção”. Esses elementos, que segundo a autora devem compor uma política de desenvolvimento de coleções, foram separados em três grandes áreas.

Weitzel (2013, p. 74), por outro lado, apresenta uma compilação e adaptação de alguns elementos que foram apresentados por Evans (2000), Figueiredo (1993) e Vergueiro (1989, 2010). Este modelo de política elaborado por Weitzel (2013) apresenta um nível de completeza maior que dos outros autores, justamente por apresentar e reunir os elementos desses outros três especialistas da área, sob a forma de doze passos a serem seguidos com a finalidade de elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções (em bibliotecas universitárias).

O primeiro elemento a ser apresentado na política deve ser a “identificação da missão e objetivos institucionais” (WEITZEL, 2013). Este elemento diz respeito à identificação e caracterização da biblioteca, ou sistema de bibliotecas, e da instituição mantenedora (universidade). Neste elemento devem ser descritos a missão e os objetivos, tanto da biblioteca quanto da universidade, de modo que eles estejam em consonância (WEITZEL, 2013). Deve-se tomar cuidado, segundo a autora, com frases definitivas e relações com os produtos que são oferecidos nas bibliotecas. Missões elaboradas com frases do tipo: “apoiar à universidade com materiais bibliográficos ou informacionais” não são recomendáveis, por se referirem ao produto oferecido pela biblioteca (WEITZEL, 2013, p. 76). Evans (2000) considera este elemento também como o primeiro de um elemento mais geral denominado “Resumo ou Panorama geral”.

O segundo elemento, ou como denominou Weitzel (2013), o segundo passo da elaboração da política é o “perfil da comunidade”. Este elemento diz respeito ao diagnóstico obtido com o estudo da comunidade realizado no processo de desenvolvimento de coleções. Deve-se aqui descrever, pontualmente, as características da comunidade servida pela biblioteca. Este elemento também é ressaltado por Vergueiro (2010) para compor a política de seleção (que às vezes pode ser separada da política de desenvolvimento, ou até ser a única na biblioteca), juntamente com a descrição dos objetivos da biblioteca (VERGUEIRO, 2010, p. 116). Evans (2000) e Figueiredo (1993) também apresentam esse elemento como constituinte da política.

O terceiro elemento se constitui como o “perfil das coleções”. Este elemento deve descrever as características atuais das coleções. Tanto em termos qualitativos quanto em termos quantitativos (VERGUEIRO, 1989; WEITZEL, 2013). Para isso Miranda (1980 apud WEITZEL, 2013) utiliza um método que se divide em três fases, que de acordo com Weitzel (2013) deveriam ser adotados neste momento para a descrição do perfil das coleções. As três fases são a “distribuição percentual do acervo por áreas, a idade do acervo e os idiomas cobertos pelas coleções” (MIRANDA, 1980 apud WEITZEL, 2013). De acordo com Miranda (1980 apud WEITZEL, 2013) a distribuição percentual do acervo consiste em mostrar os valores percentuais que cada subclasse possui no acervo. Deste modo é possível perceber quais assuntos têm sido mais contemplados pelas coleções, e quais estão em defasagem. Atualmente a obtenção desse relatório de dados bibliográficos é mais fácil, devido aos *softwares* utilizados pelas bibliotecas, que acabam gerando esses tipos de relatórios. A idade do acervo e os idiomas das coleções também são informações que podem ser obtidas através dos *softwares* de gerenciamento das bibliotecas, pois são dados incluídos no momento da descrição dos itens. A idade do acervo indica, portanto, quais são os períodos cronológicos colecionados pela biblioteca, assim como os idiomas com maior representatividade.

Figueiredo (1993) também ressalta esses aspectos das coleções, de uma forma muito semelhante à de Miranda (1980 apud WEITZEL, 2013). Figueiredo (1993) recomenda realizar um arranjo básico de classificação em, no mínimo, 500 subdivisões (LC): um termo de assunto entre parênteses seguido do número da classificação correspondente. Para cada categoria desta, deve-se indicar (FIGUEIREDO, 1993, p. 31-32):

- nível (pontos fortes e nível desejável da coleção);
- idiomas;
- períodos colecionados;
- áreas geográficas;
- formas de material colecionado e excluído;
- unidade da biblioteca ou selecionador responsável pela seleção daquela área.

Esta caracterização das coleções é chamada por Figueiredo (1993) de “Análise detalhada da política de desenvolvimento da coleção para áreas de assuntos”.

O quarto elemento descrito por Weitzel (2013) é a “descrição das áreas e formatos cobertos pela biblioteca”. Aqui devem ser descritas as fronteiras gerais de assuntos, como também recomenda Figueiredo (1993), e os formatos dos materiais presentes nas coleções. Segundo Weitzel (2013, p. 82) “a finalidade desses procedimentos [o de identificar os assuntos principais e secundários] é construir ou identificar as prioridades dos assuntos.”. Para tal tarefa, Weitzel (2013) propõe a adoção de algum dos modelos recomendados por Evans (2000), quais sejam: sistema de classificação para identificar as áreas; os níveis de coleção da *American Library Association* (ALA); as categorias do gênero literário com os respectivos autores.

O sistema de classificação para identificar áreas condiz com o uso da classificação da Classificação Decimal de Dewey (CDD) para identificar as áreas de assuntos e elencá-los (WEITZEL, 2013). Os níveis de coleção da ALA foram apresentados e traduzidos por Figueiredo (1993), e aqui se apresentam resumidos por Weitzel (2013). São eles:

- nível de completeza, “que deve incluir todos os trabalhos significativos de uma área” (WEITZEL, 2013, p. 83);
- nível de pesquisa, “que se refere aos materiais que apoiam a pesquisa, especialmente relacionados com descobertas recentes, experimentos, relatos e comunicações” (WEITZEL, 2013, p. 83);
- nível de estudo, “voltado para apoiar o ensino da graduação e da pós-graduação” (WEITZEL, 2013, p. 83);
- nível básico, “se refere a uma coleção altamente seletiva para introduzir e definir o assunto e indicar as variedades de informações disponíveis em outro lugar” (FIGUEIREDO, 1998, p. 42 apud WEITZEL, 2013);
- nível mínimo, “é uma tarefa de assunto que é fora do escopo para as coleções da biblioteca e para as quais poucas seleções são feitas além dos instrumentos de referência básicos” (FIGUEIREDO, 1998, p. 42 apud WEITZEL, 2013, p. 83).

Percebe-se que este modelo tem a finalidade de estruturar, de certa forma, o acervo, valorizando, de acordo com Weitzel (2013, p. 83), “os assuntos e seus detalhamentos, podendo ser organizados por forma ou formato.”.

Além do modelo da ALA, Weitzel (2013) apresenta também outros dois modelos de estrutura de coleções, voltadas para seus conteúdos, semelhantes. Um é o Modelo Conspectus, da IFLA, que se organiza por indicadores de profundidade muito parecidos com os níveis da ALA. O outro é a categorização proposta por

Miranda (1980), composta por cinco dimensões, das quais Weitzel (2013, p. 85) ressalta quatro:

- coleção de referência: considerada como um “recurso para habilitar seus usuários no uso e aplicação das fontes de informação, para fins de aprendizagem e pesquisa.” (WEITZEL, 2013, p. 86).
- coleção de ‘lastro’ ou básica: fundamental para dar subsídios às atividades de pesquisa, com títulos fundamentais e consagrados em cada área ou disciplina oferecida pela universidade (WEITZEL, 2013)
- coleção didática: são obras, de acordo com Miranda (1980 apud WEITZEL, 2013), de leitura obrigatória, por fazerem parte da bibliografia elaborada pelo professor.
- literatura corrente: atualizam a coleção de lastro ou básica, e podem ser considerados os “clássicos” do amanhã (WEITZEL, 2013).

Esse modelo apresentado por Miranda também apresenta muitas semelhanças com os outros dois já citados. Principalmente porque, segundo Weitzel (2013), nesse modelo, assim como nos níveis da ALA e no modelo Conspectus, deve-se “elencar os assuntos em cada dimensão”.

Weitzel (2013) ressalta expressivamente a importância deste quarto elemento, ou passo, para a política de desenvolvimento de coleções. Pois, como pode-se notar, é através dele que se tem uma estruturação e categorização das coleções do acervo. É neste momento que se estabelece e se identifica os títulos que têm prioridades para a biblioteca. É também, através deste elemento, que é possível conhecer mais profundamente as coleções que cobrem a biblioteca, tanto em relação aos seus assuntos quanto aos seus tipos e formatos.

Após essa descrição detalhada sobre as coleções e as áreas que cobrem a biblioteca, devem ser apresentados na política de desenvolvimento de coleções as descrições detalhadas das etapas do processo de desenvolvimento de coleções. Portanto, do quinto ao nono passo deverão ser descritos: a política de seleção (5), o processo de seleção (6), o processo e a política de aquisição (7), o processo e a política de desbastamento (8), o processo e a política de avaliação (9) (WEITZEL, 2013).

O décimo elemento da política são “detalhamento de outros aspectos importantes”. Weitzel (2013), explica que deve ser incluído aqui nesta seção todos os aspectos que não acharam lugar nos elementos ou etapas anteriores, como por exemplo, duplicação de material, questões relativas à conservação e preservação, entre outros.

O décimo primeiro elemento são os “documentos correlatos”. Assim como na política de seleção, na política de desenvolvimento de coleções deve-se ter um local para reunir os documentos relacionados à universidade ou à própria biblioteca.

O último elemento que deve constar na política de desenvolvimento de coleções é denominado “avaliação da política”. Aqui deve ser descrito a periodicidade com que irá se avaliar a política de desenvolvimento de coleções, como recomenda Evans (2000), para que a política seja sempre um instrumento capaz de auxiliar o desenvolvimento de coleções de forma dinâmica e acompanhando as mudanças da instituição e da comunidade (WEITZEL, 2013).

Através de todos os elementos apresentados aqui que devem se fazer presentes em uma política de desenvolvimento de coleções, serão analisadas as políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias federais brasileiras. Considerar-se-á os elementos recomendados por Evans (2000), destacados por Weitzel (2013), os elementos recomendados por Figueiredo (1993) e os elementos para uma política de seleção, recomendados por Vergueiro (2010).

O quadro 1, abaixo, mostra as correspondências entre os elementos das políticas dos teóricos que foram utilizadas para esta pesquisa. Dessa forma, através das leituras realizadas para a revisão de literatura, pode-se compreender e estabelecer relações entre os elementos dos modelos de políticas apresentados. Como por exemplo, o elemento “Panorama” de Evans (2000), corresponde ao elemento “Análise dos objetivos gerais da instituição” de Figueiredo (1993), que corresponde aos elementos “Identificação da biblioteca da instituição mantenedora / Descrição dos objetivos da biblioteca e caracterização do público-alvo” de Vergueiro (2010), que, por sua vez correspondem aos elementos “Identificação da missão e objetivos institucionais e Perfil da comunidade” de Weitzel (2013).

Quadro 1 - Correspondência entre os elementos dos teóricos

EVANS (2000)	FIGUEIREDO (1994)	VERGUEIRO (2010)	WEITZEL (2013)
Panorama	Análise dos objetivos gerais da instituição	Identificação da biblioteca da instituição mantenedora \ Descrição dos objetivos da biblioteca e caracterização do público -alvo	Identificação da missão e objetivos institucionais
			Perfil da comunidade
		-	Perfil das coleções
Detalhamento dos assuntos e formatos colecionados	Análise detalhada da PDC para áreas de assuntos	-	Descrição das áreas e formatos cobertos pela biblioteca
Miscelâneas	-	Identificação dos responsáveis pela seleção \ descrição da seleção \ instrumentos auxiliares da seleção \ critérios gerais	Etapas do PDC
	Análise detalhada da PDC para formar coleções - Políticas especiais	Políticas específicas	Aspectos importantes
-	-	Anexos	Documentos correlatos
-	-	-	Avaliação da política

Fonte: A autora (2016).

## 4 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo constitui-se na visitação aos sites das universidades federais brasileiras em busca dos elementos que caracterizam o objeto de estudo.

Para esta pesquisa não foram realizadas visitas presenciais às bibliotecas. Também não foi realizado nenhum tipo de contato, seja presencial ou virtual, com os responsáveis das bibliotecas. Tomou-se esta decisão devido aos seguintes motivos:

- O tempo reduzido para realização da pesquisa;
- A localização das bibliotecas, observando a distância entre elas e o pesquisador, visto que se tratam das bibliotecas universitárias federais de todo o Brasil; e
- O caráter exploratório da pesquisa – a partir dos resultados desta pesquisa poderá ser viável outras pesquisas mais aprofundadas, com uso do método Survey.

Percebeu-se que para os objetivos traçados nesta pesquisa seria possível apenas analisar os documentos recuperados, sem entrevistas ou questionários. A pesquisa apresenta características descritivas e abordagem quali-quantitativa

### 4.1 UNIVERSO E AMOSTRA

Segundo o MEC, existem 193 Universidades brasileiras cadastradas e credenciadas em seu site (<<http://emec.mec.gov.br/>>). Ressalta-se que para os fins desta pesquisa não foram considerados os Institutos Federais, Faculdade isoladas e nem Centros Universitários. Mas, tão somente, as instituições de ensino superior do tipo “Universidade”.

Portanto, existem 193 Universidades brasileiras, dentre as quais 63 (aproximadamente 33%) são universidades federais, constituindo, dessa forma, o universo deste trabalho. As universidades federais estão distribuídas regionalmente como mostra a tabela a seguir (Tabela 1). A lista detalhada de todas as 63 universidades federais, separadas por regiões, encontram-se no Apêndice A no final deste trabalho.

Tabela 1 - Total de universidades federais distribuídas por regiões.

REGIÕES	QUANTIDADE DE UNIVERSIDADES FEDERAIS
Norte	10
Nordeste	18
Centro-Oeste	5
Sudeste	19
Sul	11
<b>Total</b>	<b>63</b>

Fonte: A autora (2016).

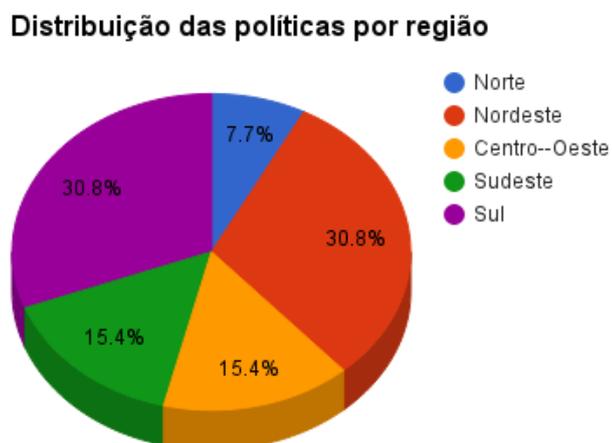
Como esta pesquisa busca analisar as políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias federais brasileiras, fez-se uma amostragem não-probabilística para selecionar apenas aquelas universidades que disponibilizam a política em seu site institucional. A amostra foi selecionada por tipicidade – isto é – somente as bibliotecas universitárias federais brasileiras que disponibilizavam a política no site. No entanto, é preciso considerar a possibilidade de que qualquer dessas 63 bibliotecas universitárias federais possuam uma política de desenvolvimento de coleções sem disponibilizá-la em seus sites. Ou seja, o levantamento realizado pode não refletir a realidade de fato, constituindo em uma limitação da pesquisa.

Das 63 universidades, apenas 13 disponibilizaram a política de desenvolvimento de coleções. Esse valor representa 21% do universo da pesquisa.

A visita e observação dos sites das 63 universidades resultou, portanto, em uma amostra com 13 universidades federais que possuem o perfil de interesse para a pesquisa. A lista com as 13 universidades federais que disponibilizam a PDC em seu site encontra-se no Apêndice B.

O gráfico a seguir (Figura 1) representa a porcentagem equivalente à distribuição dessas 13 políticas pelas regiões brasileiras.

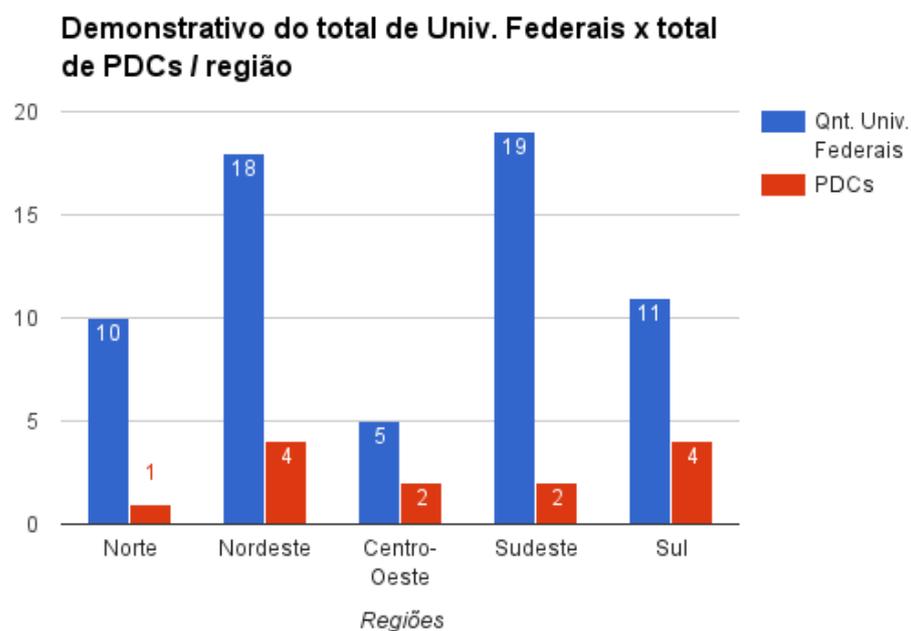
Gráfico 1 – Distribuição das 13 políticas pelas regiões brasileiras



Fonte: A autora (2016).

Em detalhes, foi apresentado no gráfico abaixo (Fig. 3) a quantidade de universidades federais de cada região do Brasil juntamente com a indicação da quantidade de políticas encontradas em cada uma dessas regiões.

Gráfico 2 – Relação entre o número de universidades x número de políticas



Fonte: A autora (2016).

Nota-se que algumas regiões ficaram desproporcionais devido ao número elevado de universidades encontradas nessas regiões, entretanto, com baixo número de bibliotecas que disponibilizam as políticas. As regiões que possuem menos universidades, Centro-Oeste e Sul, tendem a serem mais proporcionais.

## 4.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa foram utilizados dois métodos diferentes, porque a pesquisa aconteceu em duas partes. Os métodos foram a observação direta e a pesquisa documental.

No primeiro momento foi realizada a observação direta dos sites das universidades (63 sites). Procurava-se, em primeiro momento, um ícone que nos direcionasse à página ou ao site próprio (independente) da biblioteca universitária. Em alguns sites houve dificuldade para encontrar esses ícones, enquanto em outros a localização dos mesmos não foi possível. Sendo, portanto, necessário realizar buscas à parte sobre a biblioteca da universidade em questão. Em outros sites os ícones (ou links) das páginas das bibliotecas direcionam diretamente para a consulta ao acervo, ou seja, para a página do sistema de busca, não sendo possível encontrar muitas informações sobre a(s) biblioteca(s). Informações básicas como a missão, o regimento, o regulamento e as normas de usos da biblioteca, entre outras informações notáveis não foram encontradas nos sites dessas bibliotecas universitárias.

As universidades que não disponibilizam informações sobre as suas bibliotecas em seus sites estão descritas no quadro 3, a seguir.

Ressalta-se aqui que, ao longo deste trabalho, os nomes atribuídos às universidades são nomes fantasias, com a finalidade de preservar a identidade das instituições e devido a valores éticos, visto que não houve pedido de autorização às mesmas para a divulgação dos seus nomes. O critério de escolha para os nomes fantasias foi de cunho pessoal e subjetivo, tendo por escolha os nomes dos Planetas da Saga Star Wars.

Quadro 2 - Universidades que não disponibilizam informações sobre suas bibliotecas nos sites.

REGIÃO	UNIVERSIDADES FEDERAIS	PROBLEMAS
Norte	KUAT	o ícone direciona para o sistema de consulta
Nordeste	ILUM	poucas informações sobre a bib. e o link direciona apenas para o sistema de busca Pergamum
Nordeste	BONADAN	não possui nenhuma informação sobre a biblioteca
Nordeste	GEONOSIS	o ícone direciona para o portal de consulta ao acervo

Fonte: A autora (2016).

Nos sites das bibliotecas, procurou-se as políticas de desenvolvimento de coleções ou equivalente. Esse processo exigiu tempo e bastante atenção, pois foi necessário visitar cada um dos 63 sites e analisá-los detalhadamente.

A recuperação dos 63 sites das bibliotecas consumiu 3 semanas, tendo em vista a quantidade elevada e a estrutura que cada site possui. Algumas bibliotecas (a maioria) se organizam em sistemas (os SIBs), e os sites que correspondem a esses sistemas dispõem de produtos e serviços variados.

Alguns dos principais segmentos dos sites em que foram encontradas as políticas estão explicitados abaixo:

- Diretrizes para aquisição e doação de material;
- Normas e regulamentos da biblioteca;
- Documentos e arquivos da biblioteca;
- Políticas da biblioteca; e
- Setor responsável pelo desenvolvimento das coleções do acervo.

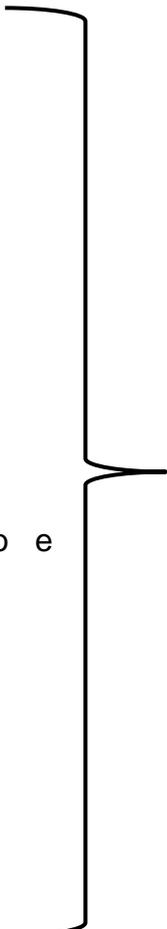
Essa variedade dos locais em que se encontram as políticas exigiu uma segunda visita, com o olhar mais preciso, nos sites, resultando também em mais resultados positivos para a pesquisa.

Depois de verificar cada site e reunir todas as 13 políticas encontradas começou, portanto, a segunda parte da pesquisa: a pesquisa documental.

Com os documentos das políticas em mãos, fez-se a coleta dos dados com o auxílio de uma tabela no Excell, que serviu de base para a descrição dos dados na seção 3.3. A tabela encontra-se no Apêndice C. Este instrumento de coleta de dados compõe-se de um formulário em formato de tabela, que foi constituído por uma compilação de elementos de três autores nacionais especialistas da área. De acordo com o que foi visto na revisão de literatura, os elementos que esses autores recomendam estão em consonância um com o outro e se complementam, de modo que se torna importante, e também interessante, conferir na prática se o que tem sido feito nas bibliotecas contempla o que se tem escrito na literatura.

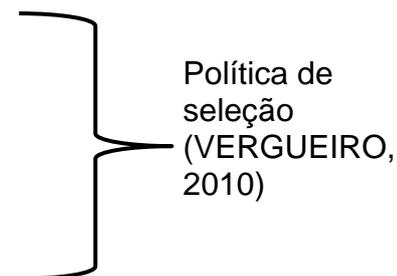
Os elementos foram baseados, principalmente, em Figueiredo (1993), em Vergueiro (2010) e Weitzel (2013). São eles:

- Caracterização institucional (missão e objetivos institucionais)
- Perfil da comunidade
- Perfil das coleções (assuntos, níveis de profundidade prioridades)
- Idioma
- Períodos colecionados
- Duplicações
- Tipos de coleções
- Processo e política de aquisição (compra, doação e permuta)
- Processo e política de avaliação
- Política de preservação
- Processo e política de desbastamento e descarte
- Anexos e apêndices
- Outros



Política de desenvolvimento de coleções (FIGUEIREDO, 1993; WEITZEL, 2013)

- Responsabilidade (Comissões locais)
- Critérios gerais de seleção
- Instrumentos auxiliares de seleção
- Políticas específicas
- Processo de seleção



O formulário (tabela) que contém esses elementos foi desenvolvido para que se pudesse obter uma padronização ao coletar as informações de cada política encontrada. Através da tabela foi possível registrar quais os elementos que compõem cada uma dessas políticas. Dessa forma, realizou-se, posteriormente, a descrição dos dados coletados nas políticas.

Vale ressaltar que, por motivos de melhor adequação no momento de analisar as políticas das bibliotecas universitárias, fez-se algumas adaptações com respeito aos nomes dos elementos que constituem as políticas.

Segue abaixo as devidas correspondências das adaptações:

- a) a identificação da missão e objetivos institucionais será considerada como o elemento “Caracterização institucional”;
- b) o perfil das coleções irá abranger os assuntos, os níveis de profundidade e a indicação de prioridades;
- c) o idioma e os períodos colecionados não foram considerados como “subelementos” do perfil das coleções, apesar de se caracterizarem como tal, adotou-se eles como elementos separados;
- d) adotou-se o elemento “duplicações”, para verificar a presença ou ausência de critérios de duplicações nas políticas;
- e) adotou-se o elemento “tipos de coleções” com o intuito de classificar as coleções, seja em livros, periódicos, coleções especiais, de obras raras etc. de modo que haja diferenciação entre esse elemento e o elemento “níveis de profundidade” (que são baseados nos níveis da ALA e na categorização de coleções de Antônio de Miranda)
- f) os anexos e apêndices dizem respeito aos documentos correlatos, pontuados por Weitzel (2013) e abrange também o elemento “anexos” relatado por Vergueiro (2010);

- g) o elemento ‘Outros’ corresponde aos ‘detalhamentos de outros aspectos importantes’, que Weitzel (2013) pontua. Esse elemento abrange algumas das categorias identificadas nas políticas das universidades, mas que não acharam lugar em outras categorias. Nesta pesquisa esse elemento também foi utilizado para representar, no formulário, os elementos ou categorias mencionadas nas políticas analisadas, mas que não foram identificadas nos modelos teóricos. O exemplo que mais teve aparição nas políticas das universidades, e que foi inserido no elemento “Outros” foi a divisão do processo de seleção em “seleção quantitativa e seleção qualitativa”.
- h) a seleção qualitativa e a seleção quantitativa conforme observado nas políticas, são guiadas pelos critérios quantitativos e qualitativos estabelecidos pela biblioteca. Parece que existe um consenso em considerar a seleção qualitativa àquela que se refere aos critérios de cunho qualitativo, que são geralmente os critérios gerais de seleção e\ou, por vezes, alguns critérios específicos. Por outro lado, a seleção quantitativa é guiada, na maioria das políticas, pelos critérios estabelecidos pelo MEC, com respeito ao número de exemplares que cada biblioteca deve possuir de bibliografia básica e complementar, com base no número de estudantes matriculados nas disciplinas dos cursos.

Vale ressaltar que este termo (“seleção quantitativa e qualitativa”) não foi cunhado nem usado pelos teóricos consultados para a realização desta pesquisa. Tem-se somente, na literatura especializada (Evans, Figueiredo, Maciel e Mendonça, A. Miranda, Vergueiro, Weitzel), os critérios qualitativos e quantitativos, mas que não se restringem à seleção.

#### 4.3 COLETA E DESCRIÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados consiste em descrever as informações obtidas na tabulação realizada através do instrumento de coleta de dados (formulário). A descrição da análise foi feita uma a uma, de cada política de desenvolvimento de coleções das universidades, apresentando-as ao longo desta seção. Antes da leitura dessas descrições deve-se considerar que as universidades, como já mencionado,

receberam nomes fictícios<sup>1</sup>, com o objetivo de preservar suas identidades. E, visando o mesmo fim, será considerado como SIBI todos os sistemas de bibliotecas, bibliotecas centrais ou universitárias, como a maioria já se organiza. Foi tomada essa precaução pois o propósito da pesquisa é verificar se as práticas atuais para formalização de políticas em bibliotecas universitárias estão seguindo ou não a literatura especializada.

a) TATOOINE - Apesar do documento de política de desenvolvimento de coleções apresentar a “caracterização institucional” tanto da universidade quanto do SIBI, identificou-se somente a descrição da missão da universidade. Foi observado a ausência dos objetivos da universidade, do SIBI e da biblioteca local. Percebeu-se também a ausência de informações detalhadas sobre o “perfil da comunidade”. Sobre o elemento “perfil das coleções”, não foi identificada uma descrição dos assuntos gerais que compõem as coleções dos acervos, como também não há descrições sobre os níveis de profundidade das coleções. Ainda sobre este elemento, identificou-se informações sobre os idiomas que são selecionados para a aquisição e também os critérios para a duplicação das coleções. Não foi informado sobre os períodos colecionados das coleções. Constatou-se também que há, na política de desenvolvimento de coleções, a indicação de prioridades para a seleção de materiais. O documento também inclui a descrição da “política e processo de seleção”, incluindo os critérios gerais e a indicação de responsabilidade da seleção, descrevendo como são constituídas suas comissões. O documento apresenta ainda as “políticas e processos de aquisição e de avaliação”. A aquisição por doação apresenta alguns critérios específicos, enquanto as outras duas modalidades (compra e permuta) são guiadas apenas pelos critérios que são comuns às três. A descrição do elemento “política e processo de desbastamento \ descarte” está inserida no processamento de avaliação. É importante ressaltar que esta política considera o desbastamento como um processo mais amplo, e o descarte um tipo de desbastamento. A política de desenvolvimento de

---

<sup>1</sup> São planetas da Saga Star Wars.

coleções de TATOOINE não inclui uma política de preservação e nem anexos ou apêndices.

b) NABOO – O SIBI da universidade NABOO elaborou um único documento oficial de Regulamento para a Utilização e Circulação do Acervo e para a Política de Desenvolvimento de Acervo. Os elementos “caracterização institucional” e “perfil da comunidade” estão presentes no documento. Entretanto, esses dois elementos encontram-se como capítulos da “Utilização e circulação do acervo”. A “caracterização institucional” conta somente com os objetivos do SIBI, observando-se a ausência da missão e objetivos da universidade e da biblioteca local. A descrição sobre o “perfil da comunidade” abrangeu apenas informações sobre as categorias dos usuários que frequentam a biblioteca, sem dados quantitativos ou detalhados. A política apresentou o elemento “perfil das coleções” sob o título de “formação do acervo”, incluindo neste tópico os níveis de profundidade, os tipos de coleções e os formatos que compõem o acervo. Não foram mencionados os assuntos que formam as coleções e nem as indicações de prioridades do acervo. Também não há informações sobre os idiomas presentes nas coleções e nem os períodos (idade) dos materiais que são colecionados pelas bibliotecas do SIBI. Foi identificada a ausência de uma determinação dos critérios para a duplicação de títulos, apesar deste ser um dos objetivos mencionados na política. O documento não apresenta “políticas de avaliação e nem de preservação”. Entretanto, possui uma seção intitulada “Desbastamento”, o qual inclui a “política de desbastamento e de descarte”, com seus respectivos critérios. No elemento “Outros” considerou-se alguns aspectos da política em questão que não se enquadraram em nenhum outro elemento do formulário. Foi identificado nesta política, e considerado como “Outros”, a divisão do “processo de seleção”, em “seleção quantitativa” e “seleção qualitativa”. Esta política não apresenta um tópico específico para os “critérios gerais de seleção”. Entretanto, os critérios que foram descritos na seleção qualitativa têm as características desses “critérios gerais”. Em contrapartida, a seleção quantitativa é baseada nos critérios recomendados pelo MEC. Foi identificado também que os critérios de seleção (qualitativa e

quantitativa) são direcionados para a aquisição por compra, enquanto as outras modalidades (doação e permuta) consideram, além dos critérios de seleção, alguns critérios específicos relacionados a doação e permuta. Há também uma “política específica” para a seleção de periódicos. O elemento “fontes de seleção” não foi contemplado nessa política. A política também não apresenta indicação de responsabilidade para o processo de seleção e/ou aquisição. Não há informações sobre comissões locais. O documento inclui 5 apêndices, que são: declaração de isenção de débito, carta de doação, carta de agradecimento de doação, carta de pedido de permuta, e termo de autorização para disponibilidade de tese, dissertação ou trabalho de conclusão de curso da universidade NABOO.

c) ALDERAAN - A política de desenvolvimento de coleções do SIBI de ALDERAAN não apresenta os elementos “caracterização institucional” e nem “perfil da comunidade”. O documento apresenta informações sobre uma comissão que é responsável pela formação, desenvolvimento e avaliação do acervo. A política não apresenta o elemento “perfil das coleções” por completo: os assuntos que compõem as coleções e os seus níveis de profundidade não foram descritos. Consta, porém, a indicação de prioridades para futuras aquisições. Foram descritos detalhadamente, os tipos de coleções presentes nos acervos das bibliotecas da ALDERAAN. Foi identificado, também, nesta política dois tipos de seleção, a qualitativa e a quantitativa, que foram indicadas no formulário como o elemento “Outros”. Os “critérios gerais” de seleção estão foram descritos como critérios da seleção qualitativa. A seleção quantitativa segue os critérios estabelecidos pelo MEC, e estão detalhados, na política, por tipo de coleção (com exceção das coleções especiais e publicações eletrônicas). O elemento “fontes de seleção” não foi contemplado nessa política. Também foi categorizado como elemento “Outros” a seção denominada “Normas de depósito obrigatório”. Esta seção visa explicar os procedimentos que devem ser tomados com respeito à produção intelectual da universidade. A “política de aquisição” foi descrita de forma breve, apresentando-se as três modalidades praticadas pela biblioteca. O documento também apresenta uma seção sobre o “processo de avaliação”

das coleções. No entanto, percebeu-se uma ausência da descrição dos critérios que podem ser aplicados e/ou os procedimentos e instrumentos que podem ser adotados nesse processo. A política também apresenta diretrizes para o “processo de desbastamento”. Além dos critérios que devem ser adotados neste processo, também foi explicado como devem ser os procedimentos tomados, e também os responsáveis por esse processo. Apesar do documento também apresentar uma seção sobre o elemento “política de preservação”, percebeu-se a ausência de uma descrição mais detalhada sobre os critérios que devem ser considerados para a conservação e preservação dos materiais do acervo. O documento inclui um anexo, com o “termo de doação de material informacional”.

d) DAGOBAN - A política de desenvolvimento de coleções do SIBI da universidade apresenta somente a missão do sistema, no que diz respeito ao elemento “caracterização institucional”, descrito na “Apresentação” do documento. A política também não inclui informações sobre o “perfil da comunidade”. Sobre o elemento “perfil das coleções”, foi identificada a ausência de descrição de fronteiras gerais de assuntos da coleção. Ainda sobre o “perfil das coleções”, foi observada uma descrição híbrida sobre a formação do acervo: foram descritos, nesta seção, os formatos dos materiais, os níveis de profundidade e os tipos de coleções que compõem o acervo. Esses tópicos estão descritos em conjunto, em lugar de serem apresentados separadamente, em tópicos específicos, especialmente os dois últimos, acabando por se caracterizar em uma seção híbrida, por confundirem tipos de coleções com os níveis de profundidade das mesmas. O documento apresenta indicações de prioridades nos critérios para o processo de compra. E apresenta informações sobre os idiomas que podem compor as coleções nos critérios de seleção. A “política de avaliação” presente no documento não detalha os métodos que podem ser adotados nesse processo. As “políticas e processos de seleção, aquisição e desbastamento” foram descritas e inseridas como apêndices deste documento. O apêndice A, intitulado “Diretrizes para aplicação da Política de Desenvolvimento do Acervo” reúne as políticas de seleção, de aquisição e de desbastamento. A “política de

seleção” apresenta os critérios gerais e específicos da seleção, e como deve-se proceder neste processo. Inclui também a seleção qualitativa e quantitativa, que estão inseridas no elemento “Outros” do formulário. Foi informado também a indicação de responsabilidade para o processo de seleção quantitativa, que fica a cargo do corpo docente, podendo receber auxílio do bibliotecário para a descoberta de novos materiais, mediante as “fontes de informações”, que são como os instrumentos de seleção. A “política de aquisição” também apresenta critérios específicos para cada modalidade (compra, doação e permuta) e explicações para os procedimentos da aquisição. “A política de desbastamento” inclui explicações sobre o “processo de descarte” e os critérios que devem ser adotados, tanto para livros como para periódicos, para proceder com o descarte ou remanejamento. Já o apêndice B se destina a descrever as “Diretrizes para o processo de compra”, onde são informados todo o procedimento que deve ser adotado na aquisição por compra. A política inclui ainda mais 4 apêndices e 4 anexos. Dois apêndices se destinam a descrever diretrizes e critérios para coleções especiais e obras raras. Um terceiro apêndice trata dos “procedimentos para exclusão de exemplares” e o último apêndice trata-se de um “Guia de seleção de periódicos”, relatando o perfil dos periódicos e os critérios para sua seleção. O processo de formação e desenvolvimento de coleções é de responsabilidade de um Setor específico para o desenvolvimento do acervo.

e) TARIS - A política de formação e desenvolvimento de coleções do SIBI não apresenta informações sobre o elemento “caracterização institucional”. Assim como também há ausência de informações sobre o “perfil das coleções”, no que diz respeito à descrição dos assuntos, dos níveis de profundidade e indicação de prioridades das coleções. Em contrapartida, a política apresenta informações sobre o “perfil da comunidade”, os idiomas que podem ser incluídos ao acervo (em ordem de prioridade) e as prioridades de aquisição. O documento apresenta também uma extensa seção sobre o “acervo do SIBI”. Nesta seção foram descritos detalhadamente todos os tipos de coleções que compõem os acervos das bibliotecas do SIBI. Não há, no documento, informações sobre os períodos colecionados, e nem os critérios

considerados para duplicação de materiais. Foi constatada a presença de uma “política de aquisição”. A política de aquisição por compra foi contemplada com mais detalhes do que as aquisições por doação e permuta (intercâmbio). O documento também apresenta uma “política de avaliação” das coleções, que inclui explicações de como proceder neste processo. Também foi identificado que todo o processo de formação e desenvolvimento de acervos é de responsabilidade da Comissão de Avaliação de Coleções da Biblioteca Central, que também, de acordo com suas atribuições, também é do processo de seleção. Conforme foi descrito na política, o processo de seleção é realizado em parceria entre o bibliotecário, os professores e os coordenadores de cursos. No documento foram descritos dois tipos de seleção: a qualitativa e a quantitativa. A qualitativa é realizada com base nos critérios descritos nesta seção, que podem ser considerados como os “critérios gerais de seleção”. A seleção quantitativa segue os critérios estabelecidos pelo MEC, e são descritos na seção “Seleção quantitativa” do documento. A política não informa se são utilizadas fontes ou instrumentos auxiliares de seleção. Foram descritas, brevemente, as políticas específicas adotadas para a aquisição de periódicos. A “política e processo de desbastamento” foram descritos detalhadamente na seção de avaliação das coleções. O documento inclui dois apêndices: A distribuição de folhetos nas coleções da biblioteca central; e o Termo de doação. O elemento “Outros” nessa política se refere aos dois tipos de seleção (qualitativa e quantitativa).

f) KAMINO - O documento desta política de desenvolvimento de coleções apresenta, na introdução, a “caracterização institucional” e o “perfil da comunidade”. Sobre a caracterização institucional, foram descritos a missão e objetivos da universidade e do SIBI. Sobre o “perfil da comunidade” foi feita uma categorização do público-alvo das bibliotecas. A política não apresenta informações sobre o “perfil das coleções”. Ou seja, informações sobre os assuntos, níveis de profundidade e indicação de prioridades não foram descritos neste documento. Também não foram descritos os “períodos colecionados” e nem os critérios para a “duplicação” de materiais. Foi informado, na política, que a aplicação da mesma fica a cargo das Comissões

de Desenvolvimento de coleções, de cada biblioteca regional. O documento apresenta, na seção intitulada “Formação e desenvolvimento das coleções”, os “critérios gerais de seleção” e os “instrumentos” adotados para auxiliar este processo. A “política de seleção” se divide em seleção qualitativa e seleção quantitativa, que estão indicadas no formulário como o elemento “Outros”. A seleção quantitativa possui critérios específicos, que são os estabelecidos pelo MEC. Os “tipos de coleções” são descritos na seção da seleção quantitativa. Neste elemento foram descritos os critérios da seleção quantitativa que devem ser seguidas para cada tipo de coleção (livros, periódicos, obras de referência, teses e dissertações, entre outras), informando, na maioria delas, a quantidade de exemplares que cada uma deve adquirir. Percebeu-se que os critérios das seleções qualitativa e quantitativa são direcionados para a compra. O “processo de aquisição” por doação e permuta possuem suas próprias políticas, com critérios específicos. A “política de desbastamento” inclui o descarte e o remanejamento, e os dois processos (remanejamento e descarte) foram descritos detalhadamente, com informações sobre os responsáveis, os critérios a serem adotados e os procedimentos para este processo. Em contrapartida, a “política de avaliação” apresenta-se com ausência de detalhes com respeito às informações concedidas para realizar este processo. O documento inclui dois anexos: o formulário de doação e o fluxograma de doação. Entretanto, não apresenta uma política de preservação.

g) CORUSCANT - A política de formação e desenvolvimento de coleções desta universidade não apresenta os elementos “caracterização institucional” e “perfil da comunidade”. O elemento “perfil das coleções” foi inserido na política, mas não como um tópico ou seção específica. No que diz respeito aos “assuntos”, foi apresentada uma lista das grandes áreas que abrangem as coleções dos livros. Esta lista foi descrita dentro da seção intitulada “material recebido por doação”. Esta política também dividiu o processo de seleção em seleção qualitativa e seleção quantitativa, que está representada como o elemento “Outros” no formulário. Os dois tipos de seleções (qualitativa e quantitativa) apresentaram políticas específicas, com a descrição de suas prioridades para a futura aquisição. Os “níveis de

profundidade” das coleções foram apresentados em conjunto com alguns “tipos de coleções”. Essa descrição híbrida dos níveis de profundidade com os tipos de coleções foi indicada como as “prioridades da seleção qualitativa”. Os “tipos de coleções” foram formalmente descritos na seção sobre “seleção quantitativa”. O documento apresenta uma descrição sobre a “política de seleção”, inserindo nesta seção as “fontes” (instrumentos auxiliares de seleção) e os “critérios gerais de seleção”. A política não fornece muitos detalhes sobre os idiomas que compõem as coleções, e não informa sobre os períodos colecionados. As diretrizes para “incorporações de duplicatas” também foram descritas na política como um dos critérios específicos para recebimento de doações. O documento apresenta critérios gerais e específicos para a “aquisição por doação”, e algumas diretrizes para a permuta de materiais. Entretanto, a “aquisição por compra” não foi contemplada com uma seção específica, como as outras modalidades. Constatou-se que a aquisição por compra deve seguir as diretrizes e critérios estabelecidos na seleção quantitativa e qualitativa. Foi citada, na política, uma comissão de seleção. No entanto, não foram apresentados detalhes sobre a mesma, como, por exemplo, informações sobre seus integrantes, suas competências, entre outras coisas. A “política de avaliação” das coleções também foi bem detalhada, sendo descritos os princípios gerais a serem adotados neste processo. O documento apresenta também uma “política de desbastamento”, que inclui o remanejamento e o descarte dos materiais. Tanto o remanejamento quanto o descarte possuem critérios específicos que foram descritos nesta seção. Identificou-se ainda “políticas específicas” para alguns tipos de coleções (Teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso) separadas dos outros tipos de coleções descritos no documento, sendo apresentados somente no final da política. O documento também inclui dois anexos. Um diz respeito aos critérios de recebimento e seleção de doação, em que foi especificado também os critérios recebimento de jornais e revistas. O outro anexo é o “termo de ciência de doação”.

h) JAKKU - A política de desenvolvimento do acervo bibliográfico do SIBI desta universidade não apresenta os elementos “caracterização institucional” e nem “perfil da comunidade”. Apesar do documento possuir

uma seção sobre a “Instituição e seus fins”, não foi verificada a descrição da missão e nem do objetivo institucional, seja da universidade ou do SIBI. A referida seção apresentou as responsabilidades do SIBI. A política também não apresenta informações sobre o “perfil das coleções” no que diz respeito aos assuntos, níveis de profundidade e indicação de prioridades das coleções. Entretanto, foi possível identificar uma coleção no nível de “bibliografia básica” (assemelha-se com a “coleção didática”, de Miranda) na seção sobre a “seleção quantitativa”. Esta política também apresenta os dois tipos de seleção: a seleção qualitativa e a seleção quantitativa. As duas são representadas pelo elemento “Outros”, no formulário. Foi identificado informações sobre os “períodos colecionados” nas coleções especiais. Nos outros tipos de coleções não há informações sobre este elemento. Os “tipos de coleções” não foram descritos detalhadamente nesta política. Não há uma seção ou tópico destinado a esse elemento. Não foi possível identificar todos os tipos de coleções que se encontram nos acervos deste SIBI. No entanto, há uma extensa seção sobre as “Coleções especiais”. Este tipo de coleção possui “políticas específicas” para seleção e aquisição, inclusive para elementos fora de FDC, tal como o processo de catalogação. Todas essas informações foram descritas na política, dentro desta seção (coleções especiais). O documento também apresenta uma diretriz para a “duplicação” de títulos (que não sejam da bibliografia básica). A “política e processo de seleção” também foram descritos no documento. Foram apresentados os “critérios gerais de seleção” e as diretrizes para a “seleção qualitativa” (incluem os critérios específicos para este tipo de seleção) e seleção quantitativa” (que será guiada pelos critérios estabelecidos pelo MEC, para a bibliografia básica). Não foram descritas as fontes que auxiliam a seleção (instrumentos auxiliares para seleção). Foi identificado, no documento, a descrição das três modalidades (compra, doação e permuta) do “processo de aquisição”. Não foram apresentados critérios específicos para cada uma das modalidades de aquisição. Explicou-se somente os procedimentos a serem tomados em cada uma delas e foi indicado que as mesmas devem seguir os critérios da seleção qualitativa e da seleção quantitativa, para a aquisição de materiais. Entretanto foi identificado que o sistema de bibliotecas adota

comissões setoriais que são responsáveis pelo processo de seleção e auxiliares do processo de aquisição das bibliotecas. O SIBI também possui um Setor de Desenvolvimento de Coleções que é responsável pela elaboração, coordenação e implantação da política de desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas da UFMG. O documento também apresenta uma “política de preservação” e descreve os procedimentos para a conservação do acervo. Assim como, também apresenta e descreve a “política e processo de avaliação”, informando os procedimentos e os critérios que devem ser considerados para essa etapa. Apresenta também o “processo de desbastamento e descarte” de materiais do acervo, separadamente do “processo de remanejamento”. Os dois processos (de remanejamento e de descarte) possuem seus respectivos critérios. A política de desenvolvimento, inclui ainda, explicações sobre o procedimento de “Baixa” de materiais que possuem registro patrimonial. Esta seção também foi incorporada ao elemento “Outros”, do formulário. O documento não possui anexos nem apêndices.

i) KORRIBAN - A política de desenvolvimento de coleções do SIBI desta universidade não apresenta uma “caracterização institucional” detalhada. Apesar de ter sido identificado, na política, o objetivo do sistema de bibliotecas da KORRIBAN, notou-se a ausência de informações sobre a missão e objetivos da universidade e biblioteca local. O “perfil da comunidade” também se apresentou com ausência de detalhes (informando apenas docentes, discentes e técnicos-administrativos como usuário) e sem um tópico ou seção específica para este elemento. O “perfil das coleções” não foi contemplado em todos seus aspectos nessa política: os assuntos gerais não foram descritos e nem as indicações de prioridades das coleções. Os níveis de coleções foram descritos de maneira geral juntamente com outro elemento, os “tipos de coleções”. Essa descrição híbrida foi apresentada na seção “seleção quantitativa” (a “política de seleção” foi dividida em seleção qualitativa e seleção quantitativa, representada pelo elemento “Outros” no formulário). A “seleção quantitativa” desta política foi elaborada por tipo de coleção, para definir a quantidade de exemplares de cada título por tipo de

coleção, feito detalhadamente. Diferentemente dos tipos de coleções, os níveis de profundidade encontrados foram apenas a “bibliografia básica e complementar” (apenas para o acervo geral de livros). Para os outros tipos de coleções não foram apresentados os níveis de profundidade em que se dividem suas coleções. Não foram identificadas informações sobre os idiomas, períodos colecionados e critérios de duplicação de materiais das coleções no documento da política. A seleção quantitativa segue os critérios estabelecidos pelo MEC. Também foi descrito na política os “critérios gerais de seleção”, que devem ser adotados no processo de seleção. Sobre a indicação de responsabilidade, foi identificado um Setor específico do SIBI que fica responsável pela criação e implantação da política de desenvolvimento de coleções do sistema. Não foi identificada a presença de comissões locais para a seleção de materiais. Percebeu-se que este processo é de responsabilidade do Setor de Seleção e Aquisição, mas que o corpo docente deve auxiliar nas decisões de seleção qualitativa, indicando as bibliografias básicas e complementares usadas nos cursos, mantendo-as atualizadas e solicitar atualizações, ao SIBI, se verificarem ausência das mesmas no acervo. As modalidades do “processo de aquisição” foram descritas na política. A modalidade compra e permuta possuem critérios específicos a serem observados, inclusive os critérios específicos para assinaturas ou renovação de periódicos. A aquisição por doação deve seguir apenas os critérios gerais de seleção. O documento inclui também uma seção sobre a “reposição de material bibliográfico extraviado”, que está sendo representado como o elemento “Outros” do formulário. Esta seção limita-se a apresentar os critérios que devem ser observados para a reposição deste material no acervo. O documento apresenta uma seção sobre “avaliação do acervo”. E inseridos nesta seção, estão os processos de descarte e de remanejamento de materiais. Os dois processos (descarte e remanejamento) apresentam critérios específicos que devem ser observados em cada um dos processos. Entretanto, no processo de descarte foi descrito dois tipos de análises (com os respectivos critérios) que devem ser feitas antes de proceder com o descarte: a análise quantitativa e a análise qualitativa. Essas análises se assemelham com as metodologias (como visto na literatura) que

podem ser adotados no processo de avaliação. A política inclui também o “Termo de Doação de Material Informacional” como anexo.

j) DIONESES - A política de desenvolvimento de coleções do SIBI da DIONESES não apresenta uma “caracterização institucional” que contemple todos os seus aspectos. Verificou-se, na política, uma seção sobre o perfil do SIBI, em que foram descritos algumas características e funções do sistema de bibliotecas, e, por fim, seu objetivo. Não foi identificado, porém, sua missão (do SIBI) e nem os objetivos e missão da instituição mantenedora do sistema. Sobre o “perfil da comunidade”, há uma seção na política que contempla este elemento, apesar da ausência de detalhes (informa apenas que o SIBI atende aos alunos, docentes, técnicos-administrativos e comunidade externa, sem características dos mesmos). A política não contempla nenhum dos aspectos relacionados ao “perfil das coleções”. Ou seja, não foram apresentadas informações sobre os assuntos, níveis de profundidades e as prioridades das coleções. Também não foram descritos os períodos colecionados no acervo. Em contrapartida, a política apresenta uma descrição sobre os idiomas que compõem o acervo. Apresenta também uma descrição detalhada sobre os “tipos de coleções” que compõem o acervo. Esse elemento encontra-se descrito na seção sobre os “critérios de seleção” para cada tipo de coleção \ material. Apesar do documento apresentar uma seção denominada “critérios gerais de seleção”, trata-se de critérios específicos para cada tipo de material e\ou coleção. O documento apresenta a “política de seleção” positiva e a negativa. A positiva destina-se a estabelecer diretrizes para a incorporação de itens ao acervo. Nesta seção estão incluídos, além dos critérios de seleção já mencionados, a descrição dos “instrumentos e fontes auxiliares da seleção”, e a descrição dos “responsáveis pela seleção”. A responsabilidade da seleção fica a cargo de comissões que são constituídas conforme a área de abrangência das bibliotecas. Ainda na política de seleção positiva estão incluídas as diretrizes para “duplicações” de materiais e os critérios para a “reposição” de materiais extraviados. A política de seleção negativa consiste em estabelecer as diretrizes para a política de desbastamento, seja para o descarte ou para o

remanejamento. Portanto, nesta seção encontram-se as “políticas e processos de descarte e de remanejamento” dos materiais, com a descrição dos critérios e procedimentos adotados em cada processo. O documento também apresenta a “política de aquisição”, incluindo alguns critérios gerais para aquisição e descrições sobre as três modalidades (compra, doação e permuta). A aquisição por doação apresenta alguns critérios específicos. A aquisição por compra ou permuta devem seguir apenas os critérios gerais expostos na aquisição e os critérios da seleção positiva. Os procedimentos para a compra são descritos detalhadamente no apêndice A do documento. A política também apresenta informações sobre os procedimentos para “reparo de material”, além de incluir outros apêndices e anexos (ato orçamentário, planilha de solicitação de materiais bibliográficos, modelo de formulário para justificativa para compra de materiais, fluxograma do procedimento de compra, termos de recebimento de doação, de transferência e de repasse de material bibliográfico, o relatório de material recebido por doação e incorporado ao acervo, modelo de lista de materiais a serem descartados, termo de doação pela universidade, e algumas resoluções e portarias relacionadas à biblioteca da universidade).

k) MUSTAFAR - A política de desenvolvimento de coleções do SIBI da universidade não é contemplada com os elementos “caracterização institucional” e “perfil da comunidade”. Apesar do documento apresentar as “prioridades” para aquisição, foi identificada a ausência dos outros aspectos do “perfil das coleções”, quais sejam: os assuntos e os níveis de profundidade que compõem as coleções. Tampouco foram apresentados os “idiomas”, os “períodos colecionados” e as diretrizes para duplicações de materiais das coleções. Os “tipos de coleções” são descritos em detalhes na seção de “critérios específicos”. A política também apresenta informações sobre uma Comissão responsável pelo desenvolvimento de coleções do SIBI. A “política de seleção” apresentada no documento contempla os elementos “fontes de seleção” (instrumentos auxiliares da seleção), “critérios gerais de seleção” (para todos os tipos de obras) e “critérios específicos” (para cada tipo de obra\material). Cada coleção, ou tipo de material, possui critérios específicos.

A coleção de livros obedece, como critérios, as diretrizes do MEC. Os outros tipos de coleções possuem critérios diferenciados. O documento também apresenta uma “política de aquisição”, que contempla a compra, doação e permuta. Além das três modalidades, a política também apresenta uma descrição sobre o “depósito legal” (inserida na seção de aquisição), para produções técnico-científicas da instituição. Diferentemente das outras duas modalidades de aquisição (compra e permuta), a doação apresenta algumas condições para o recebimento de materiais e as diretrizes para os procedimentos deste tipo de aquisição. A “política de avaliação” é descrita detalhadamente no documento. Foram apresentados os critérios adotados para a avaliação das coleções (gerais) e para as coleções de periódicos. Foram apresentados, também, os processos de “remanejamento” e de “descarte” (como os processos que devem ser considerados após a avaliação do acervo). O processo de remanejamento foi descrito e especificado, detalhadamente, por tipo de material. Verificou-se, porém, no processo de descarte, ausência de descrição e critérios para este procedimento. O documento indica que as diretrizes para a preservação e conservação do acervo serão estabelecidas em documento específico. O documento inclui dois apêndices – o instrumento para seleção de periódicos impressos recebidos por doação ou permuta, e o formulário para doação de materiais.

I) HOTH - A política de desenvolvimento de coleções do SIBI desta universidade não apresenta informações sobre os elementos “caracterização institucional” e “perfil da comunidade”. Apesar do documento não apresentar os “assuntos” que compõem as coleções dos acervos, ele contempla os outros dois aspectos do elemento “perfil das coleções” - os “níveis de profundidade” das coleções foram descritos detalhadamente na seção “Formação” presente no documento, e o elemento “indicação de prioridades” foi descrito e elencado em detalhes na seção própria “Prioridades de aquisição”. Os elementos “idioma” e “períodos colecionados” também não foram contemplados nesta política. Entretanto, a diretriz para a “duplicação” de material foi descrita na seção de “seleção quantitativa”. Os “tipos de coleções” também foram descritos detalhadamente na seção “seleção

quantitativa”. A política de seleção, portanto, se divide em duas: a seleção qualitativa e a quantitativa. Essas duas seleções foram consideradas como o elemento “Outros”, contido no formulário. Os “critérios gerais de seleção” estão apresentados na “seleção qualitativa”. Além dos critérios gerais, a seleção conta com alguns outros aspectos que devem ser levados em consideração para garantir a qualidade neste processo. A seleção quantitativa segue os critérios estabelecidos pelo MEC, e os apresenta ao longo da seção, por tipo de coleção. O documento também apresenta informações sobre as comissões locais, que ficam responsáveis pela seleção e avaliação das coleções do acervo. Entretanto, não há informações sobre o uso de fontes ou instrumentos que auxiliam a seleção. O documento apresenta a descrição da “política de aquisição” em suas três modalidades (compra, doação e permuta). A política descreve alguns critérios e os procedimentos a serem realizados. Entretanto, percebeu-se que os “critérios” apresentados para compra e para permuta são, na verdade, os procedimentos a serem realizados. Na aquisição por doação, porém, são descritos tanto alguns critérios específicos a serem observados e também os procedimentos a serem realizados neste processo. A “política de avaliação” presente no documento apresenta informações sobre alguns procedimentos a serem adotados e a periodicidade para realizar este processo. Apesar do documento não apresentar uma “política de preservação”, foi descrito uma seção sobre a “conservação” dos materiais. O documento também apresenta uma “política de descarte”. Entretanto, não há informações sobre um processo de remanejamento de coleções. A política não inclui anexos e nem apêndices.

m) DANTOOINE - A política de desenvolvimento de coleções da biblioteca desta universidade não apresenta “caracterização institucional”. O “perfil da comunidade” foi descrito com ausência de detalhes na seção “Público-alvo”, apresentando apenas uma categorização geral dos usuários (informa apenas que se constitui dos alunos dos cursos da universidade, professores, funcionários da instituição e ex-alunos). Os “assuntos” e os “níveis de profundidade” que compõem o elemento “perfil das coleções” não foram descritos no documento. Porém, de forma breve e geral, a “indicação

de prioridade” para compra de materiais foi informada na política. Também foram informados os “idiomas” que podem compor o acervo, e foram descritos os “tipos de coleções”. Os critérios para a “duplicação” de materiais e os “períodos colecionados” do acervo não foram apresentados. A “política de seleção” presente no documento é composta pelos elementos “fontes de seleção” (instrumentos auxiliares da seleção), “critérios gerais” e “critérios específicos”. Os critérios específicos foram descritos para cada tipo de material e/ou coleção. A seleção, assim como toda a elaboração e aplicação da política de desenvolvimento de coleções, fica a cargo dos bibliotecários que integram o quadro de funcionários da Universidade. “A política de aquisição” das três modalidades (compra, doação e permuta) foram apresentadas no documento. Diferentemente das aquisições por compra e doação, a aquisição por permuta não foi tão contemplada quanto as outras – para a compra e doação foram apresentadas explicações de como realizar seus processos, na permuta limitou-se a informar que a mesma só será realizada pela biblioteca caso a universidade publique materiais que possam ser permutados com outras instituições. O documento também apresenta uma “política de preservação” incluindo “conservação” e “restauração” de itens. Sobre a “política de avaliação”, foi informado que este processo será realizado de acordo com os critérios gerais de seleção, expostos na seção correspondente do documento. As “políticas de descarte e de desbastamento” foram descritas separadamente e sem muitos detalhes. O desbastamento, nesta biblioteca, corresponde ao processo de remanejamento. Foi informado que a biblioteca possui uma comissão de descarte, mas que não é costume da instituição realizar o descarte de materiais. A política inclui ainda diretrizes para “reposições de materiais (extravio)”, identificado no formulário como elemento “Outros”. O documento apresenta, ao final, um formulário de “doação de livros e mídias” que deve ser preenchido pelos doadores. Entretanto, este formulário não foi identificado como apêndice e nem anexo.

## 5 RESULTADOS

Após a análise de dados das 13 políticas, verificou-se a ausência de alguns elementos importantes para a política e para o processo de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas universitárias federais brasileiras. Ao longo desta seção serão apresentados os resultados obtidos com a análise dos dados coletados. Visando melhor compreensão e organização das informações, os resultados serão descritos por elemento da política de desenvolvimento de coleções conforme o modelo teórico apresentado na subseção 3.2 e presente no apêndice C (formulário preenchido em forma de tabela). Ou seja, cada item destina-se à descrição os resultados encontrados para cada elemento da política, como seguem abaixo:

a) Caracterização institucional - constatou-se que apenas 6 bibliotecas (DAGOBAN, DIONOSES, KAMINO, KORRIBAN, NABOO e TATOOINE) num total de 13, incluíram uma descrição, ainda que sumária, desse elemento em suas políticas. Isto é preocupante pois, como ressalta Figueiredo (1993, p.23) “os autores são unânimes a este respeito”, afirmando que “deve existir uma declaração dos objetivos gerais da biblioteca, relacionados com a instituição e a comunidade que a ela serve, para de acordo com estes objetivos, ser traçada a política [...]”. De acordo com a literatura, a identificação da missão e dos objetivos institucionais é um dos elementos mais importantes e primordiais da política, envolvendo a biblioteca local, o SIBI, e a universidade de forma integrada. Os objetivos e missão institucionais precisam estar em sintonia entre si e também com a comunidade. Entretanto, foi identificado que somente uma universidade (KAMINO) apresentou todos os aspectos da “caracterização institucional” (exceto o “objetivo da biblioteca local”), que não foi descrito em nenhuma das 13 políticas), enquanto as outras alternavam na descrição deste elemento.

b) Perfil da comunidade - verificou-se um padrão nas descrições deste elemento apresentadas somente em 6 políticas (DANTOOINE, DIONOSES, KAMINO, KORRIBAN, NABOO e TARIS). A descrição deste elemento é feita de forma geral nas 6 políticas, com ausência de detalhes sobre a comunidade, sendo apresentada apenas uma categorização dos

usuários, dividindo-os em discentes, docentes, servidores técnico-administrativos e (em alguns casos) comunidade externa e\ou ex-alunos. Não há dados quantitativos a respeito de cada categoria de usuários, e nem suas características e\ou interesses que se destacam.

c) Responsabilidade - este elemento destina-se a identificar a responsabilidade pela política e processo de seleção nos documentos analisados. Encontrou-se indicação de responsabilidade em todas as políticas analisadas. No total de 13 políticas, 8 (ALDERAAN, CORUSCANT, DIONOSES, HOTH, KAMINO, MUSTAFAR, TARIS e TATOOINE) apresentam como responsabilidade as Comissões locais \ setoriais. As outras 4 políticas (DAGOBAAH, DANTOOINE, KORRIBAN e NABOO) variam na nomenclatura de indicação de responsabilidade. Dentre as 8 políticas, 2 são Comissões de Seleção (CORUSCANT e DIONOSES); 2 são Comissões de Seleção e Avaliação (HOTH e TATOOINE); 1 é só de Avaliação (TARIS); e 3 são Comissões do processo de Desenvolvimento de Coleções (ALDERAAN, KAMINO e MUSTAFAR). Dentre as 4 políticas que variam na nomenclatura, 2 (DAGOBAAH e KORRIBAN) apresentam uma Divisão específica do SIBI para a implantação da política; 1 (NABOO) indica o SIBI como responsável pelo Desenvolvimento do acervo; e 1 (DANTOOINE) indica os bibliotecários da BU como os responsáveis pela elaboração e aplicação da política de desenvolvimento de coleções. A política da JAKKU apresenta os dois tipos de responsabilidade. Ou seja, a política apresenta uma Comissão de Seleção e uma Divisão de implantação da política.

d) Perfil das coleções - este elemento também não foi muito contemplado nas políticas. Este elemento possui 3 sub-elementos: assuntos, níveis de profundidade e indicação de prioridades. As informações sobre os “assuntos” que compõem as coleções foram praticamente nulas. Apenas uma política, a da universidade CORUSCANT, elencou as grandes áreas que são contempladas pelas bibliotecas do sistema. A descrição dessas grandes áreas, infelizmente, apresenta ausência de detalhes que poderiam auxiliar nas decisões do desenvolvimento de coleções. As informações sobre os

“níveis de profundidade” das coleções foram encontradas em 5 políticas (CORUSCANT, DAGOBAH, HOTH, KORRIBAN e NABOO). Enquanto a “indicação de prioridades” foi contemplada em 8 políticas (ALDERAAN, CORUSCANT, DAGOBAH, DANTOOINE, HOTH, MUSTAFAR, TARIS e TATOOINE). Das 13 políticas, 1 (CORUSCANT) contempla os 3 sub-elementos do perfil das coleções, 2 (DAGOBAH e HOTH) contemplam simultaneamente os elementos “níveis de profundidade” e “indicação de prioridades”, e 3 políticas (DIONOSES, JAKKU e KAMINO) não contemplam nenhum dos três elementos.

e) Idioma - contabilizou-se 6 políticas (DAGOBAH, DANTOOINE, DIONOSES, KAMINO, TARIS e TATOOINE) que apresentaram informações sobre os idiomas das coleções. Entretanto, observou-se que a descrição deste elemento nas políticas foi apresentada como critérios para seleção, e não como um tópico específico. Portanto, não foi possível identificar quais os idiomas que já existem nas coleções, apenas os que, porventura, podem ser adquiridos.

f) Períodos colecionados – este elemento foi contemplado em apenas uma política (JAKKU). Entretanto, a descrição deste elemento se referia apenas às coleções especiais e obras raras apresentadas na política. Os outros tipos de coleções (como o acervo geral de livros e a coleção de periódicos) não foram contemplados com descrições dos períodos que se tinham colecionados no acervo. Não sendo possível, portanto, identificar a idade das demais coleções do acervo das bibliotecas.

g) Duplicações - este elemento está presente em 5 das 13 políticas (CORUSCANT, DIONOSES, HOTH, JAKKU e TATOOINE). Foi observado que essas políticas apresentaram descrições muito gerais como diretrizes da duplicação de títulos (o critério que todas abordaram para justificativa de duplicações é a demanda de usuários). Exceto uma política, a de TATOOINE, apresenta descrições mais específicas - define a “média de duplicação” dos títulos por tipo de coleção, com o intuito de atender aos critérios estabelecidos

pelo MEC. Verificou-se, também, que dentre as 8 políticas restantes, 5 delas (ALDERAAN, DAGOBAH, DANTOOINE, MUSTAFAR e NABOO) indicaram como um de seus objetivos o de “estabelecer critérios para duplicação de materiais”, não atingindo, no entanto, esses objetivos, visto que não foram encontrados nelas os critérios ou diretrizes para a duplicação de matérias.

h) Processo de Seleção - este elemento foi contemplado em todas as 13 políticas analisadas. Constatou-se que na maioria das políticas o processo de seleção se dividiu em seleção qualitativa e seleção quantitativa. Percebeu-se que a divisão desse processo é comum dentre 9 políticas (ALDERAAN, CORUSCANT, DAGOBAH, HOTH, JAKKU, KAMINO, KORRIBAN, NABOO e TARIS). E na maioria dessas, senão em todas, eles possuem as mesmas características e finalidades. Houve, portanto, um padrão na interpretação e descrição deste elemento entre as 9 bibliotecas que estabelecem políticas distintas para a seleção qualitativa e a quantitativa. No entanto, também foi verificado que a seleção qualitativa se refere essencialmente à seleção baseada nos critérios qualitativos adotados pela biblioteca, ou, às vezes, pelos próprios critérios gerais de seleção. E a seleção quantitativa se refere essencialmente aos critérios quantitativos estabelecidos pelo MEC para quantidade de exemplares de bibliografia básica e complementar que uma biblioteca universitária deve dispor.

i) Critérios gerais - os critérios gerais de seleção são contemplados em todas as políticas, exceto na DIONOSES, que, apesar de apresentar uma seção intitulada “critérios gerais de seleção”, descreveu, ao longo dela, os critérios específicos, para cada tipo de material / ou coleção. Dentre as 12 políticas que apresentam esse elemento (todas exceto DIONOSES), 4 delas (ALDERAAN, HOTH, NABOO e TARIS) descrevem os “critérios gerais” na seção da “seleção qualitativa”. Percebeu-se, portanto, que essas 4 bibliotecas consideram como critérios para a “seleção qualitativa” os “critérios gerais de coleção”. Algumas das outras 8 políticas (CORUSCANT, JAKKU e KAMINO), incluem não só os critérios gerais, como também alguns aspectos / prioridades específicas para a garantir a “seleção qualitativa e

seleção quantitativa. Na política da CORUSCANT foram consideradas a “responsabilidade da aquisição” e a “formação e atualização do acervo” como critérios gerais para a seleção. Diante desse resultado, verificou-se que há uma interpretação diversa sobre o que são critérios gerais e qual a sua finalidade. Percebeu-se que, mesmo algumas bibliotecas adotando essa divisão no processo de seleção, a descrição das mesmas, na política, mostra que, diante das características apresentadas, a seleção qualitativa pode ser considerada como o processo de seleção propriamente dito. Enquanto que a “seleção quantitativa” na verdade, só estabelece a quantidade de exemplares por título que a biblioteca deve, segundo o MEC, dispor em seu acervo.

j) Fontes de Seleção - O elemento “fontes de seleção” foi contemplado em 6 políticas (CORUSCANT, DAGOBAH, DANTOOINE, DIONOSES, KAMINO e MUSTAFAR), do total de 13. Das 7 políticas que não apresentam as “fontes de seleção”, 4 delas (ALDERAAN, HOTH, NABOO e TARIS) são as mesmas que descrevem os “critérios gerais de seleção” como critérios para seleção qualitativa.

k) Políticas específicas - esse elemento também está presente em todas as políticas. Considerou-se como “políticas específicas” quaisquer políticas e/ou diretrizes para materiais ou coleções específicas, tais como coleção de periódicos, coleções especiais ou de obras raras, entre outros. Também considerou-se as políticas destinadas a aquisição por doação, que, em muitos documentos apresentaram critérios específicos para esta modalidade.

l) Processo e política de Aquisição - este elemento foi contemplado em suas três modalidades na maioria das políticas. A aquisição por doação foi contemplada em todas as políticas. Esta modalidade da aquisição foi descrita, muitas vezes, de forma detalhada e apresentou critérios e procedimentos específicos. Diferentemente da doação, a permuta, apesar de ter sido contemplada em todas as políticas, exceto em TATOOINE, não recebeu descrições muito detalhadas. Percebeu-se a ausência de

explicações em 4 políticas (CORUSCANT, DANTOOINE, DIONOSES e MUSTAFAR) sobre os procedimentos adotados para realizar este tipo de aquisição. A aquisição por compra não foi apresentada em 4 políticas (CORUSCANT, KAMINO, NABOO e TATOOINE). Foi observado que, nessas 4 políticas, a modalidade de compra deve ser guiada apenas pelos critérios de seleção apresentados. Entretanto, isso não foi formalmente indicado na política. Dentre as outras 9 políticas que apresentaram a aquisição por compra, 1 (MUSTAFAR) descreve somente a “política” de compra. É importante que se tenha tanto a descrição da política quanto do processo desses elementos no documento da política de desenvolvimento de coleções. Desse modo quando houver dúvidas no momento da aquisição de materiais elas poderão ser supridas ao consultar o documento de política de desenvolvimento de coleções. Foi observado, nas políticas analisadas, que a maioria delas apresenta a descrição dos dois (política e processo de aquisição). Entretanto, essas descrições sofrem ausência de detalhes, principalmente a descrição sobre os procedimentos a serem realizados nesta etapa.

m) Processo e política de Avaliação e Desbastamento - foram muito bem contemplados em praticamente todas as políticas, apenas uma biblioteca (NABOO) não apresentou a política de Avaliação. Dentre as 12 que contemplaram esse elemento em suas políticas, 2 delas (DANTOOINE e DIONOSES) descreveram somente a política de Avaliação, mas não apresentaram informações e\ou detalhes sobre o processo da avaliação nestas instituições. O Desbastamento foi apresentado, muitas vezes, juntamente com a Avaliação. A maioria das políticas descreveram os critérios adotados para o desbastamento, com especificidades tanto para o remanejamento quanto para o descarte. Com exceção de uma política (HOTH) que só apresentou critérios para descarte, todas apresentaram o remanejamento como primeira opção de retirada de material do acervo, e posteriormente o descarte.

n) Política de preservação - foi encontrada descrição da política em apenas 3 documentos (ALDERAAN, DANTOOINE e JAKKU), ou seja, 10 bibliotecas não descreveram como realizam sua política de preservação e/ou conservação dos materiais. As 3 políticas que apresentaram a “política de preservação”, descreveram sobre a “conservação do acervo”, apresentando diversas diretrizes e procedimentos a serem adotados.

o) Apêndices, Anexos e Outros - os três elementos foram apresentados nas políticas. Os apêndices e anexos foram contemplados em 9 políticas, as 4 políticas que não incluíram anexos/apêndices foram: DANTOOINE, JAKKU, TARIS e TATOOINE. A maioria deles correspondem a termos de doação de material, alguns procedimentos específicos, políticas específicas da instituição, entre outros. O elemento “Outros” em sua grande maioria diz respeito à Seleção qualitativa e Seleção quantitativa presente nas políticas. Contudo, também se insere aqui qualquer outra informação encontrada na política que não pôde ser inserida em outra categoria ou elemento. No total, foram 10 políticas que apresentaram o elemento “Outros” nas suas políticas. Dentre essas 10 políticas, 9 delas foi contemplada por esse elemento devido apresentarem a seleção qualitativa e quantitativa (além de qualquer outra informação que não foi contemplada por outro elemento deste formulário). A única política que foi contemplada pelo elemento “Outros” e este não se refere à questão da seleção qualitativa e quantitativa foi a política de DANTOOINE. As 3 políticas que não apresentam o elemento “Outros” são a DIONOSES, MUSTAFAR e TATOOINE.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi identificado na literatura, de acordo com Evans, Figueiredo, Vergueiro e Weitzel, é necessário a reunião de diversos elementos que representem os aspectos das coleções dos acervos bibliotecários para que se constitua uma política tal, que vá auxiliar o processo de desenvolvimento de coleções. Os autores são unânimes em afirmarem que esta não se constitui como uma tarefa fácil e rápida. Pelo contrário, a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções é uma atividade que demanda tempo, esforço, estudo e, o principal, planejamento.

Para a realização do processo de desenvolvimento de coleções é necessário, que anteriormente, se conheça a própria coleção. E a elaboração da política possibilita isso. Por isso ela deve ser realizada anteriormente ao processo de desenvolvimento de coleções, para servir como instrumento auxiliador, depois que o bibliotecário e os demais responsáveis tenham profundos conhecimentos sobre as coleções de seus acervos.

A realização desta pesquisa possibilitou conhecer algumas das políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas das universidades brasileiras e, conseqüentemente, possibilitou verificar algumas questões que precisam ser revistas, estudadas e corrigidas sobre o desenvolvimento de coleções no âmbito nacional.

Um dos objetivos deste trabalho era o de “verificar se existe um padrão entre as políticas encontradas, seja em suas categorias ou em seus procedimentos”. Em resposta a esse objetivo: sim, verificou-se a existência de padrão tanto nas categorias quanto nos procedimentos.

Com respeito às categorias, elas foram analisadas sob a luz do formulário elaborado por esta autora, de acordo com os elementos encontrados na literatura. Entretanto, observou-se que em muitas políticas foram encontradas algumas categorias, ou nomenclaturas, que não constam na literatura. As principais e as que mais se fizeram presente nas políticas foram “Seleção qualitativa” e “Seleção quantitativa”. Como já explicado anteriormente, na metodologia e nos resultados desta pesquisa, a “seleção qualitativa” é realizada de acordo com os critérios qualitativos, visando atribuir qualidade às coleções, enquanto a “seleção quantitativa” se destina a garantir quantidade de exemplares necessária, segundo os

critérios do MEC, para as coleções. Percebeu-se, portanto, que, em vista do tamanho das seções sobre a seleção quantitativa, a ênfase no desenvolvimento de coleções de algumas bibliotecas universitárias está somente na seleção e, conseqüente, aquisição de títulos da bibliografia básica e complementar, que fazem parte das leituras obrigatórias das ementas dos cursos ministrados na universidade. Diante disso, percebe-se que as demais coleções, como as voltadas para pesquisa e extensão vão ficando, ao longo dos anos, cada vez mais defasadas. Supõe-se que, se a ênfase somente no processo de “seleção quantitativa” continuar, os acervos das bibliotecas serão, a longo prazo, constituídos por diversos livros repetidos cobrindo somente o nível básico e o nível de estudo, definidos pela ALA.

Outro padrão encontrado entre as políticas de desenvolvimento de coleção é a ausência de detalhamento nas descrições sobre os critérios adotados, seja para seleção, aquisição, desbastamento, e, às vezes, (quando existem) avaliação. Essa ausência de detalhes não se restringe ao critérios, mas se estende aos instrumentos ou fontes auxiliares de coleção. Essa atitude destoia das recomendações dos especialistas da área, como ressaltados na revisão de literatura. Vergueiro (2010) recomenda e destaca a necessidade de descrever as explicações sobre os critérios adotados para a seleção, sejam os gerais ou os específicos. É necessário explicar a escolha e a aplicação do critério, e não apenas pontuar. Por exemplo, a maioria das políticas adotam como um dos critérios de seleção o “idioma”, mas não explicam quais os idiomas serão aceitos, ou quais terão prioridades.

Weitzel (2013) também destaca a necessidade de identificar, por títulos, os instrumentos utilizados para a seleção, pois só a menção dos tipos de materiais usados é muito geral, sendo necessário especificar por nome as fontes que serão utilizadas.

Esta ausência de explicações e detalhes pode gerar problemas na compreensão da política por futuros bibliotecários, o que acaba prejudicando as atividades do processo de desenvolvimento de coleções.

Foi observado, também que os elementos que compõem a política de seleção foram muito mais contemplados que os demais elementos, exceto os que se constituem como etapas do processo. Informações sobre missão e objetivos institucionais e perfil da comunidade foram elementos totalmente defasados nas políticas em questão. Diante disso, faz-se suposições de que ou as bibliotecas não

estão realizando o estudo da comunidade ou pensam que estas informações não serão relevantes para o desenvolvimento de coleções. O preocupante é que qualquer uma das duas opções geram consequências para o desenvolvimento de coleções, que não serão realizados de acordo com as necessidades dos usuários. A caracterização institucional também é restrita de informações, como já ressaltado. Poucas bibliotecas descreveram a missão da universidade, e nem mesmo da própria biblioteca, como constatados nos resultados desta pesquisa. em alguns casos.

A ausência desse elemento também nos faz refletir se, de fato, a universidade e a biblioteca estão em harmonia e em consonância, no que diz respeito à sua missão e papel social. Se o nível de sintonia entre universidade e biblioteca fosse avaliado com base na descrição deste elemento, então os resultados seriam muito negativos. E isso é uma questão preocupante e que precisa ser trazida à luz em trabalhos realizados sobre o tema e nos encontros e seminários bibliotecários. Pois, como já ressaltado nesta pesquisa, a biblioteca universitária e a universidade possuem o mesmo propósito, e são indissociáveis. A universidade precisa da biblioteca assim como a biblioteca precisa da universidade para atingir seus objetivos e realizarem seu papel social na sociedade. Por isso é necessário que a missão da universidade seja do conhecimento de todos, e esteja registrada na política de desenvolvimento de coleções da biblioteca, para que a mesma se desenvolva de acordo com a missão e objetivos de sua instituição mantenedora.

Percebeu-se, através das análises das políticas, que tem se dado muita ênfase apenas ao processo de seleção, deixando de lado os processos como a avaliação e desbastamento de coleções. Parece que por mais que essas bibliotecas evoluam em seus sistemas, estruturas e tecnologias, a tradição, vinda desde os anos 1960 - 1970, de praticar somente a seleção e aquisição de materiais, perpetua até a contemporaneidade.

A avaliação é um processo importantíssimo para a biblioteca universitária, como ressalta Vergueiro (1989). Entretanto, constatou-se, também, uma extrema ausência de detalhes, mais do que em qualquer outra etapa do processo de desenvolvimento de coleções. A avaliação de coleções é um processo demorado e trabalhoso, pois deve ser realizada título a título, e não por lotes. Por isso, Vergueiro (1989) propõe que se realize este processo quando houver inventário do acervo, que geralmente é realizado nas bibliotecas anualmente. Entretanto, é necessário que

considere o processo de avaliação de coleções uma prática constante e rotineira, assim como as outras etapas do desenvolvimento de coleções. Mas esta, como assinala Vergueiro (1989) deve receber mais ênfase, em se tratando de bibliotecas universitárias.

O desbastamento, incluindo o descarte, é um processo que também deve ser enfatizado nas bibliotecas universitárias, mas que, segundo Vergueiro (1989) ainda sofre preconceito e é mal vista pelos bibliotecários. O descarte ainda é visto como o último passo a ser dado nas bibliotecas, enquanto, na verdade, Vergueiro (1989) já afirmava que as práticas de desenvolvimentos de coleções devem ser contínuas, rotineiras, inclusive o descarte e remanejamento, principalmente se tratando de bibliotecas universitárias.

Diante disso, se considerarmos a política de desenvolvimento de coleções o instrumento principal para a realização de um pleno processo de desenvolvimento de coleções, pode-se concluir, então, que o desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias brasileiras está muito aquém das expectativas e das reais necessidades que um acervo, tão rico e complexo como o das universidades, exige, deixando, ainda, infelizmente, muito a desejar.

A questão de pesquisa que norteou este trabalho pôde ser respondida através da descrição da coleta de dados e dos resultados. E com base neles pode-se afirmar que, apesar dos padrões encontrados entre elas, as características das políticas não têm correspondido aos modelos propostos pela literatura da área. Mesmo elencando, em suas políticas, algumas categorias e elementos recomendados pelos teóricos – outras categorias nem tanto, como por exemplo a “seleção qualitativa” e “seleção quantitativa” – as descrições são incompletas, muito generalizadas, a ponto de serem até insuficientes, pois não refletem, de fato, as características específicas da biblioteca em questão.

Pode-se afirmar que isto é devido à ausência dos principais elementos que caracterizam tanto as coleções dos acervos quanto a própria instituição mantenedora, a biblioteca e a comunidade a que serve. Os elementos que descrevem o estado atual das coleções foram os menos contemplados. Não há informações sobre os assuntos que fazem parte das coleções, com dados quantitativos (em percentual, por exemplo) a respeito de cada área contemplada pela biblioteca; há poucas informações sobre os idiomas das coleções; e também

pouquíssimas informações sobre a idade (períodos colecionados) do acervo. A literatura da área recomenda, e enfatiza, expressamente que esses dados devem ser descritos na política de desenvolvimento de coleções, pois são baseados neles que as atividades do processo de desenvolvimento de coleções poderão acontecer.

Evidencia-se, por fim, a necessidade de se falar mais sobre desenvolvimento de coleções, e de se escrever mais sobre este tema. Este tema precisa estar sempre em pauta nos encontros e seminários entre bibliotecários universitários, pois é preciso, ainda, a conscientização de todos os bibliotecários com respeito a ele, e a plena compreensão sobre as etapas do processo de desenvolvimento de coleções e sobre a importância da elaboração de uma política que descreve as características institucionais, das coleções e da comunidade, e os procedimentos deste processo e suas diretrizes. Através do vasto conhecimento sobre as coleções, aliado ao conhecimento sobre as necessidades dos usuários, é que será possível, enfim, realizar um processo de desenvolvimento de coleções que irá além da aquisição de títulos repetidos, trazendo resultados reais e satisfatórios para as bibliotecas universitárias.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Francisca Lunara Cunha; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel da biblioteca universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas bibliotecas universitárias da cidade de Juazeiro do Norte - CE. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Não paginado. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2016>>. Acesso em: 08 dez. 2016.
- ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Waldomiro. Aquisição de materiais de informação. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 1996. 118p.
- ANZOLIN, Heloisa Helena; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Biblioteca universitária como mediadora na produção de conhecimento. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.8, n.25, p. 801-817, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=2448&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 08 dez. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: Informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: Informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação: Citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. About ACRL, 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/aboutacrl>>. Acesso em: 13 dez. 2016.
- CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Niterói, RJ; Rio de Janeiro: Intertexto: Interciência, 2004.
- CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza; Brasília: UFC: ABDF, 1981. 71p. (Coleção biblioteconomia, 1).
- CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 6, dez.

2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14869>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, Santa Catarina, v. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniele. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviço de informação**. São Carlos: EdUFSCAR, 2003. 57p. (Série Apontamentos).

EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collection**. 4th. ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. CBBU. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/cbbu-2/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993. 184p.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Acquisition and Collection Development Section, 2015. Disponível em: <<http://www.ifla.org/about-the-acquisition-collection-development-section>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Academic and Research Libraries Section, 2016. Disponível em: <<http://www.ifla.org/academic-and-research-libraries>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

LÜCK, Esther Hermes. et al. A biblioteca universitária e as diretrizes curriculares do ensino de graduação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000. **Anais...** Florianópolis, SC, 2000. Disponível em: <<http://snbu.bvs.br/snbu2000/parallel.html>> Acesso em 08 dez. 2016.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro; Niterói: Interciência: Intertexto, 2006.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2.ed. il., rev. e atual. São Paulo: Ática, 1996.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas**, v. 4, n. 2, p. 01-19, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MIRANDA, Antônio. Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, Niterói, 1., 1978, Niterói. **Anais...** Niterói, 1978. Atualizado e republicado em 2006. Não paginado. Disponível em:

<[http://www.antoniomiranda.com.br/Ciencia\\_Informacao/Biblioteca\\_Universitaria\\_.Pdf](http://www.antoniomiranda.com.br/Ciencia_Informacao/Biblioteca_Universitaria_.Pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2016.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 189-206, jan./dez. 2005. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/552>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 1, p. 173-193, jan./mar. 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 02 dez. 2016.

SANTOS, Edilene Toscano Galdino dos; ARAÚJO, Eliany Alvarenga de; NUNES, Maria de Fátima. Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU): visão histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO, POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO. 2014, Goiânia. **Anais - Gestão e políticas da informação**. Goiânia: UFG, 2014. Disponível em: <[https://engpti.fic.ufg.br/up/715/o/PLANO\\_NACIONAL\\_DE\\_BIBLIOTECAS\\_UNIVERSITARIAS\\_-\\_pronto.pdf](https://engpti.fic.ufg.br/up/715/o/PLANO_NACIONAL_DE_BIBLIOTECAS_UNIVERSITARIAS_-_pronto.pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2016.

SANTOS, Marivaldina Bulcão dos. Biblioteca universitária: acesso à informação e conhecimento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado, RS. **Anais das sessões temáticas...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. p. 2123-2134. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70710>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

SILVEIRA, Nalin Ferreira. Evolução das bibliotecas universitárias: information commons. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 69-76, jan./jun. 2014. Disponível em: <[https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/923/pdf\\_88](https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/923/pdf_88)>. Acesso em: 02 dez. 2016.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Tipos de bibliotecas. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., 1981, Brasília. **Anais...** Brasília: CAPES, 1981. p. 9-35. Disponível em: <[https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais\\_anterior/II-SNBU.pdf](https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/II-SNBU.pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989. 95 p.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 13-21, 1993. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512/512>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2010. 120p.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro; Niterói: Interciência: Intertexto, 2013. 110p.

## APÊNDICE A – LISTA DAS 63 UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Região	Universidades Federais Brasileiras
Norte	FUF de Rondônia
	UFRR - Roraima
	UFAC - Acre
	UNIFAP - Amapá
	UFAM - Amazonas
	UFOPA - Oeste do Pará
	UFPA - Pará
	UNIFESSPA - Sul e Sudeste do Pará
	UFT - Tocantins
UFRA - Rural da Amazônia	
Nordeste	UFBA - Bahia
	UFRB - Recôncavo da Bahia
	UFOB - Oeste da Bahia
	UFSB - Sul da Bahia
	UFPB - Paraíba
	UFCG - Campina Grande (PB)
	UFAL - Alagoas
	UFPE - Pernambuco
	UFRPE - Rural de Pernambuco
	UNIVASF - Vale de São Francisco (PE)
	UFS - Sergipe
	UFC - Ceará
	UFCA - Cariri (CE)
	UFMA - Maranhão
	UFPI - Piauí
UFRN - Rio Grande do Norte	
UFERSA - Rural do Semi Árido	
UNILAB - Integr. Int. da Lusofonia Afro-Brasileira	
Centro-Oeste	UFG - Goiás
	UFMT - Mato Grosso
	UFMS - Mato Grosso do Sul
	UFGD - Grande Dourados (MS)
	UnB - Brasília
Sudeste	UNIFAL - Alfenas (MG)
	UNIFEI - Itajubá (MG)
	UFJF - Juiz de Fora
	UFLA - Lavras
	UFMG - Minas Gerais
	UFOP - Ouro Preto
	UFSJ - São João Del-Rei (MG)
	UFU - Uberlândia
	UFV - Viçosa
	UFTM - Triângulo Mineiro
	UFVJM - Jequitinhonha e Mucuri (MG)
	UFES - Espírito Santo
	UNIRIO - Estado do Rio de Janeiro
	UFRJ - Rio de Janeiro
	UFF - Fluminense
UFRRJ - Rural do Rio de Janeiro	
UFSCAR - São Carlos (SP)	
UNIFESP - São Paulo	
UFABC - ABC (SP)	
Sul	UFPR - Paraná
	UNILA - Integr. Latino-Americana (PR)
	UTFPR - Tecnológica do Paraná
	UFSS - Fronteira Sul (SC)
	UFSC - Santa Catarina
	UFPEL - Pelotas (RS)
	UFSM - Santa Maria (RS)
	UNIPAMPA - Pampa (RS)
	FURG - Rio Grande (RS)
	UFRGS - Rio Grande do Sul
UFCSA - Porto Alegre	

**APÊNDICE B – LISTA DAS 13 UNIVERSIDADES FEDERAIS QUE  
DISPONIBILIZARAM A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES**

Região	IES
NORTE	UFAM
NORDESTE	UNIVASF
	UFS
	UFC
	UFRN
CENTRO- OESTE	UFG
	UFGD
SUDESTE	UFMG
	UFU
SUL	UFPR
	UFSC
	UNIPAMPA
	UFCSPA

### APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

Região	IES	Política de Desenvolvimento de Coleções						Perfil da comunidade
		Caracterização institucional						
		Objetivo institucional			Missão			
		Universidade	Sistema (rede)	Biblioteca (local)	Universidade	Sistema (rede)		
NORTE	TATOOINE	-	-	-	✓	-	-	
NORDESTE	NABOO	-	✓	-	-	-	✓	
	ALDERAAN	-	-	-	-	-	-	
	DAGOBAN	-	-	-	-	✓	-	
	TARIS	-	-	-	-	-	✓	
CENTRO- OESTE	KAMINO	✓	✓	-	✓	✓	✓	
	CORUSCANT	-	-	-	-	-	-	
SUDESTE	JAKKU	-	-	-	-	-	-	
	KORRIBAN	-	✓	-	-	-	✓	
SUL	DIONOSES	-	✓	-	-	-	✓	
	MUSTAFAR	-	-	-	-	-	-	
	HOTH	-	-	-	-	-	-	
	DANTOOINE	-	-	-	-	-	✓	

Região	IES	Política de Desenvolvimento de Coleções						
		Perfil das coleções			Idioma	Períodos colecionados	Duplicações	Tipos de coleções
		Assuntos	Níveis de profundidade das coleções	Indicação de Prioridades				
NORTE	TATOOINE	-	-	✓	✓	-	✓	-
NORDESTE	NABOO	-	✓	-	-	-	-	✓
	ALDERAAN	-	-	✓	-	-	-	✓
	DAGOBAN	-	✓	✓	✓	-	-	✓
	TARIS	-	-	✓	✓	-	-	✓
CENTRO- OESTE	KAMINO	-	-	-	✓	-	-	✓
	CORUSCANT	✓ (g.a.)	✓	✓	-	-	✓	✓
SUDESTE	JAKKU	-	-	-	-	✓	✓	-
	KORRIBAN	-	✓	-	-	-	-	✓
SUL	DIONOSES	-	-	-	✓	-	✓	✓
	MUSTAFAR	-	-	✓	-	-	-	✓
	HOTH	-	✓	✓	-	-	✓	✓
	DANTOOINE	-	-	✓	✓	-	-	✓

Região	IES	Política de Desenvolvimento de Coleções							
		Processo e política de Aquisição			Processo e política de Avaliação	Política de Preservação	Processo e política de Desbaste / Descarte	Anexos / Apêndices	Outros
		Doação	Compra	Permuta					
NORTE	TATOOINE	✓	-	-	✓	-	✓	-	-
NORDESTE	NABOO	✓	-	✓	-	-	✓	✓	✓
	ALDERAAN	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	DAGOBAH	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓
	TARIS	✓	✓	✓	✓	-	✓	-	✓
CENTRO- OESTE	KAMINO	✓	-	✓	✓	-	✓	✓	✓
	CORUSCANT	✓	-	✓ (pol.)	✓	-	✓	✓	✓
SUDESTE	JAKKU	✓	✓	✓	✓	✓	✓	-	✓
	KORRIBAN	✓	✓	✓	✓	-	✓	✓	✓
SUL	DIONOSES	✓	✓	✓ (pol.)	✓ (pol.)	-	✓	✓	-
	MUSTAFAR	✓	✓ (pol.)	✓ (pol.)	✓	-	✓	✓	-
	HOTH	✓	✓	✓	✓	-	✓ (desca.)	-	✓
	DANTOOINE	✓	✓	✓ (pol.)	✓ (pol.)	✓	✓	✓	

Região	IES	Política de Seleção					
		Responsabilidade		Critérios gerais de seleção	Fontes de seleção	Políticas específicas	Processo de seleção
		Divisão de implantação da política	Comissões locais/setoriais				
NORTE	TATOOINE	-	✓ (sel. ava.)	✓	-	✓	✓
NORDESTE	NABOO	✓ (SIBI)	-	✓	-	✓	✓
	ALDERAAN	-	✓ (D.C.)	✓	-	✓	✓
	DAGOBAAH	✓	-	✓	✓	✓	✓
	TARIS	-	✓ (aval.)	✓	-	✓	✓
CENTRO- OESTE	KAMINO	-	✓	✓	✓	✓	✓
	CORUSCANT	-	✓	✓	✓	✓	✓
SUDESTE	JAKKU	✓	✓	✓	-	✓	✓
	KORRIBAN	✓	-	✓	-	✓	✓
SUL	DIONOSES	-	✓	-	✓	✓	✓
	MUSTAFAR	✓	✓ (D.C.)	✓	✓	✓	✓
	HOTH	-	✓ (sel. ava.)	✓	-	✓	✓
	DANTOOINE	✓ (3 bib.)	-	✓	✓	✓	✓